



# LSIPA

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO  
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

UM ESTUDO FENOMENOLÓGICO DA EXPERIÊNCIA  
DE RAPTO PARENTAL

Mariana Teresa Ferreira de Campos

**Co-Orientador de Dissertação:**

Prof. Doutor Vítor Amorim Rodrigues

**Coordenador de Seminário de Dissertação:**

Prof. Doutor António Pazo Pires

**Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:**

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Psicologia Clínica

2012

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de  
Vitor Amorim Rodrigues, apresentada no ISPA –  
Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre  
na especialidade de Psicologia Clínica

## AGRADECIMENTOS

Tenho a agradecer às seguintes pessoas pela sua generosa ajuda e contributo por tornarem possível a realização e concretização da seguinte investigação:

Em primeiro plano gostaria de agradecer a todos aqueles que, com a sua astúcia, seu conhecimento, dedicação e seu olhar crítico, disponibilizaram do seu tempo para debater comigo ideias e práticas metodológicas em ambiente académico.

Ao Prof. Dr. Vítor Amorim Rodrigues, ao Dr. Daniel Sousa e ao Dr. João da Fonseca, pela generosidade, pelas palavras eficientes e pelo rigor científico que demonstraram durante este processo, principalmente nos momentos em que as inúmeras dúvidas tentavam corromper o desenrolar da presente tese de investigação.

Um sincero agradecimento aos meus colegas e amigos, pelo precioso apoio e atenção disponibilizada.

Daqui parte também um especial agradecimento à minha família que direta ou indiretamente contribuíram para o desenrolar desta Dissertação de Mestrado, em particular à minha mãe, Elisa, ao meu pai, Gabriel, à minha irmã, Margarida e ao meu namorado, Marco.

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal a exploração e compreensão da experiência subjetiva dos pais que vivenciaram o rapto parental, por outras palavras, perceber o fenómeno *rapto parental* através do olhar do progenitor-vítima. A metodologia aplicada neste estudo insere-se na utilização do método fenomenológico de Amadeo Giorgi com o intuito de estudar os fenómenos intencionais vividos pelos diferentes indivíduos e alcançar uma descrição final com os constituintes essenciais e invariáveis desta experiência subjetiva. A amostra é constituída por quatro participantes do sexo masculino que vivenciaram o rapto parental, com idades compreendidas entre os 37 e os 52 anos. Os resultados indicam que o significado da experiência parental está intrinsecamente associado a conflitos conjugais, a uma reação de indignação e revolta, a sentimentos de incerteza e preocupação. Ao longo desta experiência também foi identificadas duas dimensões denominadas de projeção da culpa e autovitimização por parte do pai-vítima. Os sentimentos de perda, angústia e sofrimento psicológico são predominantes nesta vivência e apaziguados através de um suporte emocional. Finalmente, as mudanças no quotidiano e as transformações do ser-estar no mundo representam um outro constituinte essencial desta experiência.

**Palavras-chave:** Desaparecimento. Rapto Parental. Progenitor-vítima. Método Fenomenológico de Amadeo Giorgi.

## **ABSTRACT**

This study's main objectives are to explore and understand the subjective experience of parents who lived through parental abduction, in other words, to understand the parental abduction phenomenon through the eyes of the left-behind parents. The methodology applied in this study is an inset with Amadeo Giorgi's phenomenological method, with the aim to study the intentional phenomena experienced by the different individuals and to attain with all the essential constituents and invariables a final delimitation with this subjective experience. The sample selected consists of four male participants, ages between 37 and 52 years old, who experienced parental abduction. The results indicate that the significance of the parental experience is intrinsically associated with marital conflicts, an indignation and revolt reaction, and feelings of uncertainty and concern. Throughout this experience two different dimensions were also identified from the father-victim's part, such as projection blame and self-victimization. The predominant feelings of loss, grief, psychological distress appeared through an emotional support. Lastly, the quotidian changes and self-being transformations in our world represent another essential component in this experience.

**Key-words:** Missing. Parental Abduction. Left-Behind Parent. Amadeo Giorgi's Phenomenological Method.

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I.....	3
ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	3
O Desaparecimento de Crianças .....	5
Rapto Parental .....	9
CAPÍTULO II.....	18
METODOLOGIA .....	18
Objetivos do Estudo .....	18
Participantes .....	18
Material .....	19
Procedimentos .....	19
Investigação Qualitativa .....	20
Método Fenomenológico.....	21
Método Fenomenológico de Amadeo Giorgi.....	23
CAPÍTULO III .....	24
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	24
Descrição da Estrutura Geral de Significado .....	24
Constituintes Essenciais e Variações Empíricas .....	25
CAPÍTULO IV .....	36
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	36
Diálogo com a Literatura.....	36
Conclusões.....	43
Limitações do Estudo .....	45
Potencialidades e Propostas de Investigação.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	47
ANEXOS .....	52
Anexo A: Transcrição das Entrevistas .....	53
Anexo B: Transformação das Unidades de Significado em Expressões de Carácter Psicológico .....	59

## TABELAS

Tabela 1. Análise dos Constituintes Essenciais e das Variações Empíricas.....	33
---	----

## FIGURAS

Figura 1. Relação dos Constituintes Essenciais da Experiência de Rapto Parental.....	42
--	----

## INTRODUÇÃO

Enquadrado no contexto de uma investigação qualitativa e através de uma leitura fenomenológica à luz do método de Amadeo Giorgi, o presente estudo tem como objetivo principal a descrição e compreensão da experiência subjetiva dos pais que vivenciaram o rapto parental, ou seja, perceber o fenómeno “rapto parental” através do olhar dos progenitores/cuidadores-vítimas, realizada no âmbito da Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica no ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

A motivação de âmbito académico relaciona-se com a necessidade de desenvolvimento de conhecimentos e aptidões para uma melhor adaptação e intervenção relativamente à problemática do rapto parental, visto que, em Portugal, atualmente, não existe qualquer suporte teórico e consequentemente prático do referido fenómeno.

A motivação de âmbito pessoal que despoletou o desenvolvimento deste tema surgiu a partir do estágio curricular proposto pelo ISPA no Instituto de Apoio à Criança. O IAC proporciona à comunidade uma linha telefónica exclusiva para casos de crianças desaparecidas através da qual qualquer pessoa pode efetuar o contacto tanto para sinalizar como até mesmo pedir ajuda psicológica para lidar com tal fenómeno. Neste sentido, existe um número considerável de progenitores-vítimas que contactam para o IAC numa tentativa de obterem auxílio por parte dos técnicos da instituição. Refletindo sobre o fenómeno em si e as várias lacunas que existem em seu redor, o interesse pessoal será investigar, de forma pioneira, o rapto parental.

A presente Dissertação de Mestrado começa por enquadrar, no Capítulo I, a temática do desaparecimento de crianças e do rapto parental, revendo alguns conceitos existentes na atual literatura e, especificamente, as características físicas, psicológicas e sociais dos raptadores, das crianças raptadas e dos progenitores-vítimas, bem como outros conhecimentos relativos à temática.

Situações em que os pais raptam os próprios filhos têm vindo a aumentar em Portugal. O número triplicou face a 2008, registando-se 20 casos de crianças raptadas pelos progenitores. Conflitos conjugais ou problemas de regulação parental estão no cerne da atitude. Atualmente, segundo dados da Polícia Judiciária (PJ), existem 12 menores desaparecidos em Portugal. No entanto, e apesar de no último ano esta força policial ter registado 200 participações, a maioria dos casos foi resolvida com sucesso (Otão, 2010).

O rapto de um filho é talvez aquilo que, para um pai, se assemelha a uma verdadeira descida e permanência no inferno. O sofrimento dificilmente se esbate com o passar do tempo. O desaparecimento proveniente do rapto de uma criança é uma tortura constante, um “não saber” demolidor que corrói a mente e o espírito dos pais.

A realidade dos pais de crianças vítimas de rapto parental é caracterizada pela sua heterogeneidade e complexidade, por força de diversos fatores, a qual só se explica com o recurso a uma resposta interdisciplinar. As respostas concretas sobre o rapto parental e o desaparecimento ainda são um projeto prematuro.

No Capítulo II, será apresentada a metodologia utilizada, o objetivo do estudo, os participantes, o material e os procedimentos utilizados. O método fenomenológico de Amadeo Giorgi servirá de suporte para a pesquisa em estudo.

No Capítulo III, reservou-se a apresentação e análise dos resultados das experiências vividas de rapto parental, sendo estas analisadas criticamente e ilustradas graficamente através dos constituintes essenciais e das variações empíricas nas descrições dos quatro participantes.

Por fim, no Capítulo IV serão discutidos os resultados por meio de uma dialética com a literatura existente e sugerem-se novas possibilidades para futuras investigações assim como as limitações encontradas no presente estudo.

## CAPÍTULO I

### ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Atualmente, a concepção de família considerada como um refúgio, uma garantia de estabilidade ou de ordem social, está ultrapassada. Num mundo em rápida transformação, a família não deixou de ter a sua importância, vigor ou vitalidade, mas atravessa, porém, uma fase de completa transformação. A família encontra-se em constante mudança, visto que participa nos dinamismos próprios das relações sociais e sofre com as alterações do contexto político, económico e cultural no qual está inserida (Saraceno cit. Petrini, Alcântara & Moreira, 2009).

Num contexto dinâmico, complexo e singular, a família contemporânea é, paradoxalmente, relacional e individualista, um núcleo onde os laços familiares se constroem e se desfazem na tensão entre estes dois extremos. Esta família caracteriza-se como um grupo regulado pelo amor, no qual os adultos estão ao serviço das crianças (Singly cit. Simionato & Oliveira, 2003). Como tal, a família moderna rege-se pelo princípio da afetividade, visto que as relações sentimentais e afetivas ocupam um lugar privilegiado em oposição às relações consanguíneas (Teixeira, 2009).

Diante da sociedade tão desigual em que vivemos, tanto é possível encontrar famílias com laços afetivos e estabilidade económica definidos como famílias sem recursos sociais ou até mesmo famílias nucleares por conveniência ou sobrevivência (Simionato & Oliveira, 2003).

Posto isto, é essencial ter uma visão pluralista da família, envolvendo os diversos arranjos familiares, na procura da identificação do elemento que permita enlaçar no conceito de entidade familiar todos os relacionamentos com origem num elo de afetividade, independentemente da sua conformação (Dias, 2006). Estas novas e múltiplas configurações da família evidenciam as mudanças nos papéis sociais do homem e da mulher na vida social. (Roudinesco cit. Vitorello, 2011).

Devido a tais transformações sociais, os papéis que os pais desempenham na vida dos filhos também sofreram alterações no que diz respeito a certos parâmetros (Hwang & Lamb, cit. Balancho, 2004). Na estrutura familiar, as crianças são os membros mais vulneráveis às situações de conflito, tais como o divórcio, as separações e as recomposições familiares, representando “os membros mais fracos” por não terem autonomia e capacidade plena de

defesa e resolução. Estas ruturas e mudanças na família têm sido referenciadas como fatores potenciais de interferência negativa nos processos de parentalidade, conduzindo, posteriormente, a mudanças efetivas na qualidade das relações parentais, na falta de disponibilidade emocional e na adoção de estilos parentais menos apropriados (Simionato & Oliveira, 2003).

Relativamente ao conceito de família e a sua importância na vida da criança, Salgueiro (1999) afirma:

*“Toda a criança precisa vitalmente de figuras parentais que a confortem, a estimulem e a amem de um modo especial, sejam ou não os pais biológicos; um casal, se contiver no seu cerne um projeto de promoção do bem-estar e do desenvolvimento de crianças, se se sentir implicado e se preocupar em criar condições de crescimento e amadurecimento para as gerações seguintes passa a ser uma família, ainda que possa não ter filhos próprios. Ser família é sentir a capacidade de construir projetos sólidos de futuro para as crianças e para os jovens”.*

Ferreira (2002) destaca a importância de os pais estabelecerem um compromisso perante os filhos no sentido de respeitarem o seu direito a manterem uma boa imagem de cada um deles. Por outro lado, entende que é desejável uma colaboração ativa de ambos os pais na reparação de situações episódicas de conflito entre um dos progenitores e o filho, nunca utilizando *“essas experiências como âncoras de apoio às suas vivências negativas da imagem do outro progenitor”*.

As crianças são, assim, seres vulneráveis à vitimização, muitas vezes usadas como *“arma de arremesso”* nas disputas conjugais pela sua guarda ou custódia, sendo o interesse das mesmas colocado em último lugar, na medida em que *“ [...] por norma, os adultos tendem a projetar nas crianças os seus problemas e interesses particulares e conjunturais, os quais, em regra, não coincidem e se encontram em conflito”* (Amaral, 2011).

## O Desaparecimento de Crianças

Historicamente, o desaparecimento de pessoas é um fenómeno recente, datado aproximadamente de 1920. Após a Primeira Guerra Mundial, com o desaparecimento de milhares de soldados, este fenómeno começou a suscitar interesse por parte de vários investigadores, principalmente na área das Ciências Humanas (Catela, 2001).

A falta de uma conceptualização bem delimitada permite interpretações diversas sobre um mesmo assunto, sendo, como tal, a definição do termo desaparecido ou desaparecimento extremamente complexa e discordante.

Segundo um estudo datado de 2001 do Directório Europeu para as Crianças Desaparecidas e Exploradas Sexualmente, a metodologia usada para diferenciar as razões do desaparecimento são: Fuga; Rapto efetuado por terceiros; Rapto Parental ou Subtração de menor; Perdidas, feridas ou desaparecidas por outras causas e Crianças migrantes não acompanhadas.

Em Portugal, as causas mais frequentes são os raptos parentais - subtração de menor e as fugas, essencialmente de crianças institucionalizadas. Os últimos dados estatísticos de 2010 apontam para mais de 400 desaparecimentos de crianças em Portugal. O desaparecimento de uma criança é uma situação urgente que deve de imediato suscitar o início de buscas e outras diligências para a sua localização nas primeiras 24 a 72 horas.

No entanto, quando falamos sobre desaparecimento, deparamo-nos com um fenómeno complexo que envolve uma série de “atores”, em especial os familiares daquele(-a) que está ausente. A perda de um membro do núcleo familiar, independentemente de ser temporária ou definitiva, gere uma desestruturação individual e grupal. Assim, é necessário uma redistribuição de papéis dentro da família e o restabelecimento do equilíbrio, de forma que o sistema possa retornar a um nível satisfatório de funcionamento. Se esse membro for uma criança, vista como um ser extremamente frágil e dependente dos cuidados dos adultos, o impacto pode ser ainda mais avassalador, em especial nos pais. A perda de um filho, mesmo que incerta, rompe com a suposta previsibilidade do mundo e interrompe sonhos e aspirações do casal parental (Caselatto, 2002).

A perda de um filho é um dos acontecimentos mais angustiantes que um adulto pode experimentar (Holmes & Rahe, *et. al.*, cit. Spilman, 2006). A perda representa uma mudança nas interações quotidianas, uma redefinição dos papéis sociais dos pais ou até mesmo, como alguns pais descrevem, uma perda de uma parte de si mesmos (Conrad, cit. Spilman, 2006). Embora a maioria dos casos sejam resolvidos sem danos graves, as crianças e os seus pais

podem sofrer consequências adversas. No caso dos pais, podem ter dificuldades em lidar com os seus próprios sentimentos de incompetência, culpa, impotência ou insegurança (Conrad, cit. Spilman, 2006).

Segundo Kordon & Edelman (1987), Boss (2001) e Alvarenga & Villaherrera (2004), a culpa é o sentimento mais marcante nas mães de crianças desaparecidas. Os autores constataram que este sentimento está associado ao facto de a perda ser incerta, abrupta e inesperada, mas, principalmente, ao facto de estas mulheres se sentirem socialmente julgadas como incapazes de prestar cuidados ao seu/sua filho/a.

Diante de uma perda abrupta e inesperada, são comuns e esperadas reações iniciais tais como choque, negação, choro, desespero, impotência, angústia, dor e medo (Franco, 2002).

No caso de desaparecimento, estes sentimentos estão presentes de forma ainda mais intensa. De acordo com Alvarenga e Villaherrera (2004), quando é uma criança que desaparece, principalmente quando esta é muito jovem, os principais afetados são os pais e os irmãos. As autoras constataram que estes familiares vivem os primeiros momentos após o desaparecimento como um estado de profunda desorganização emocional. Denominadores comuns são o desespero, a insónia, a inapetência, o choro e também o desejo de morrer.

Como tal, o desaparecimento físico e inexplicável de um familiar é uma separação entre vivos já que, embora a ausência do ente querido seja real, não há confirmações definitivas sobre a perda - nem vida nem morte são certas. O desaparecimento configura-se, desta forma, como uma rutura sem anúncio, uma ausência sem explicação, sem fechamento (Oliveira, 2008).

Partindo do princípio de que, para o inconsciente não existe distinção entre desaparecimento real e simbólico, a psicanálise estendeu o termo *luto* a todas as experiências de separação, inclusivamente às que não contemplam uma verdadeira morte. As perceções subjetivas de perda e de abandono são muito semelhantes, com variação do grau de envolvimento afetivo (Slepoj, 2000).

As reações que cada indivíduo desenvolve após um luto ou uma separação dependem, em parte, da gravidade real da perda sofrida e, em parte, da sua história pessoal. É evidente que quanto mais sólida e visceral era a ligação que cessou, mais profundo, prolongado e, aparentemente, irreparável será o sentido de perda para o Eu. Ainda mais traumáticos são os acontecimentos lutosos como o desaparecimento de um filho, a perda prematura de um dos pais ou do cônjuge, que se situam fora do ciclo «natural» da vida, de que o sujeito é vítima sem que tenha antes inconscientemente elaborado e aceitado a possibilidade de se verificarem, como se passa nas mortes ditas «naturais». Também o tipo de personalidade e,

consequentemente, a forma de amar a pessoa que desapareceu determinam a qualidade e a intensidade das reações à perda.

Tendo em conta as diferenças relativas às circunstâncias do desaparecimento e da personalidade de quem é vítima de luto ou abandono, observam-se igualmente fases típicas no processo de elaboração de perda, cuja intensidade poderá variar, ao ponto de chegar a reações desesperadas e, por vezes, irreversíveis como o suicídio, o delírio ou a depressão grave. Segundo a psicanálise, num primeiro momento, o Eu defende-se da consciência de uma realidade demasiado dolorosa e traumática utilizando um dos mecanismos defensivos mais arcaicos e rígidos - a negação. Na fase sucessiva, a realidade do desaparecimento impõe-se cada vez mais à consciência e emergem vivências de raiva, culpa e depressão. A depressão típica desta fase consiste num distanciamento geral em relação à realidade: as ocupações, as distrações e as outras pessoas já não suscitam qualquer tipo de interesse, parece não haver razão para a vida nem um futuro aliciante agora que a pessoa amada já não está perto do indivíduo. Por fim, na terceira fase, concretiza-se um distanciamento afetivo e a recuperação da “vontade de viver” (Slepoj, 2000).

Os autores Alvarenga e Villaherrera (2004) afirmam que *“as condições do luto que enfrentam as famílias com pessoas desaparecidas não são normais, estão sujeitas a situações extremas onde sobreviver é o seu primeiro mandamento [...] O luto das famílias vítimas de um desaparecimento possui características muito específicas [...] os familiares da pessoa desaparecida o desconhecimento de seu paradeiro e, além disso, a negação social desta perda”*.

Franco (2002) adverte que, em casos nos quais a perda não é reconhecida socialmente, ou quando as expectativas de como o enlutado deve portar-se são muito rígidas, o processo de elaboração de perda torna-se oneroso, podendo até mesmo impedir que o sujeito se reestruture adequadamente e classifique a relação com o objeto de amor perdido:

*“ Se a pessoa enlutada receber pouco ou nenhum reconhecimento social para sua perda, poderá temer que seus pensamentos e sentimentos sejam anormais [...] a rede de apoio [...] dá a consistência à necessidade do enlutado de expressar sua dor e se reorganizar diante da realidade da perda. Se essa rede for inexistente ou se suas regras forem impostas, desconsiderando as necessidades dos enlutados, poderá ter um efeito contrário, muito mais prejudicial que de suporte”*.

Em concordância com os referidos autores, Riches e Dawson (1996) constataram que os progenitores se sentem estigmatizados no seu meio social por suscitarem sentimentos de pena, embaraço e vergonha por não terem cumprido o seu papel socialmente.

Segundo Boss (2001), o trabalho com pessoas enlutadas por familiares desaparecidos assemelha-se ao trabalho realizado com os pacientes enlutados pela morte de um ente querido, embora se torne, porém torna-se uma tarefa particularmente difícil devido à falta de certezas e às fantasias em relação às causas do desaparecimento. De acordo com a autora, as reações de luto tendem a ser ainda mais intensas, podendo levar a um quadro ao qual de o nome de “luto ambíguo”:

*“ [...] A perda é desconcertante e as pessoas veem-se desorientadas e paralisadas. Não sabem como se portar nessa situação. Não podem solucionar o problema porque não sabem se este (o desaparecimento) é definitivo ou temporário [...] a incerteza impede que as pessoas se adaptem à ambiguidade de sua perda, reorganizando os papéis e as normas de suas relações com os outros entes queridos [...] agarram-se à esperança de que as coisas voltem a ser como eram antes... Na perda ambígua as pessoas intercalam desespero e esperança, sucessivamente.”*

Através do seu trabalho realizado em 1974 com viúvas de pilotos desaparecidos em combate no Vietname e no Camboja, a autora explicita a complexidade do fenómeno desaparecimento. Foi possível constatar que para estas mulheres o mais grave era a falta de informações e a não-confirmação oficial da morte de seus cônjuges. A autora afirma que, quando uma esposa insistia em manter o marido vivo psicologicamente, a família apresentava mais conflitos e um nível rebaixado de funcionamento. Conclui-se, portanto, que a desorganização frente ao desaparecimento de um ente querido atinge diversas esferas da vida dos enlutados.

Portanto, para os membros da família de uma pessoa desaparecida, as emoções oscilam entre a esperança e o desespero, e estes aguardam, por vezes durante anos, sem sequer receber novas informações sobre o paradeiro de seus amados. A família e os amigos de pessoas desaparecidas sofrem uma tortura mental lenta.

Segundo alguns autores (Gosch & Tamarkin, 1988; Brannen & Podesta, 1990; Henderson & Henderson, 1997; Tubbs & Boss, 2000), o desaparecimento de uma criança é um dos acontecimentos mais traumáticos que pode ocorrer a uma família. Todos estes autores apontam fatores prejudiciais para a saúde física, psíquica e social dos envolvidos, tais como a ausência do corpo e a falta de informação.

Em *Missing people: issues for the Australian Community* (1997), os autores Henderson & Henderson constaram que as famílias apresentam reações comuns de tristeza, angústia e desespero. Há também um número significativo de relatos de solidão e inconformismo perante a falta de explicações sobre o desaparecimento. Estes familiares

convivem diariamente com a dor de não saber, temendo o pior mas mantêm a esperança do reencontro num esforço contínuo frente à ambiguidade própria da situação.

Ainda relativamente a este estudo, estes investigadores verificaram que 37% dos entrevistados, além de apresentarem problemas físicos ou emocionais relacionados diretamente com o desaparecimento, também manifestavam repercussões negativas nas suas atividades laborais, principalmente falta de concentração. Alterações significativas em atividades quotidianas, sono perturbado e refeições irregulares foram evidenciadas por 94% dos participantes. Quanto aos relacionamentos intrafamiliares, os autores constataram que em 57% dos casos, os membros da família relataram perda de confiança nos seus companheiros e expressões de hostilidade e raiva dirigidas aos demais familiares. Já em relação ao relacionamento extrafamiliar foram relatados sentimentos de vergonha, choque, tristeza e falta de apoio da rede.

Corroborando os dados acima referidos, as autoras Lloyd e Zogg (1997) apontam para o facto de as crises vivenciadas por uma família na qual há uma criança desaparecida poderem desorganizar todo o sistema familiar. Segundo as autoras, a perda de um filho traz sentimentos de desesperança, isolamento, culpa, vergonha e falta de confiança entre os membros da família. A vida pode ser drástica e permanentemente alterada e os pais de crianças desaparecidas sentem-se ignorados, pois, apesar de apresentarem sentimentos como dor, culpa e confusão, pouca ajuda psicológica e emocional está disponível para eles.

Como podemos notar, as pesquisas apontam para as consequências físicas, emocionais e sociais nos casos de desaparecimento dentro de um sistema familiar.

## **Rapto Parental**

Em Portugal, a conduta equivalente ao rapto parental, está tipificada na lei penal como subtração de menor, não existindo na nossa legislação o crime de rapto parental.

Seguindo a tipificação norte-americana, pode dizer-se, à luz da pesquisa e experiência, que os raptos parentais em Portugal, subtração de menores – são motivados pela discórdia doméstica e litígios relacionados com a custódia.

Este é o tipo mais comum de rapto de crianças e aquele que envolve quase sempre a deslocação da mesma para o estrangeiro. Os aspetos civis do rapto internacional de menores encontram-se especificados na Convenção de Haia, ratificada por Portugal. Nos termos do

artigo 3.º da Convenção, estamos perante um rapto de criança/jovem quando tenha existido uma deslocação ou retenção em violação de um direito de guarda atribuído pela lei do Estado onde a criança ou jovem tenha a sua residência habitual e esse direito esteja a ser exercido de maneira efetiva ou devesse estar se não tivesse ocorrido a transferência ou retenção (Amaral, 2011).

A tradução da versão original da Convenção não é pacífica. Nos países anglo-saxónicos, utilizou-se o termo *abduction*, que significa o traslado ilícito de uma pessoa para outro país mediante o uso de força ou fraude. A versão francesa utiliza o termo *enlèvement*, que significa retirada ou remoção. A tradução portuguesa adotou o termo rapto, o qual tem cabimento na nossa legislação, mas o rapto parental ficou definido na legislação penal portuguesa como subtração de menores (Amaral, 2011).

O Diretório Europeu para as Crianças Desaparecidas e Exploradas Sexualmente desenvolveu a sua metodologia de recolha e encaminhamento em torno de cinco temáticas relacionadas com o desaparecimento de crianças. Como tal, define rapto parental, nacional ou internacional, o ato de uma criança ser levada ou mantida num local/país diferente do da sua residência habitual por um ou ambos os progenitores ou detentores da sua guarda, contra a vontade do outro progenitor ou detentor da guarda da criança.

No rapto internacional de crianças está em causa uma deslocação ilegal da criança do seu país e/ou a sua retenção indevida noutra local que não o da sua residência habitual. Normalmente, este tipo de rapto é praticado por um dos progenitores ou familiar próximo, no âmbito de uma disputa pelo exercício do poder paternal e guarda da criança. O autor do crime retira a criança do seu ambiente e leva-a para outro país, com o objetivo de conseguir uma situação de facto ou de direito que sirva os seus interesses particulares.

Os raptos parentais podem ocorrer devido a uma insatisfação relacionada com os direitos de custódia depois de um divórcio, separação conjugal ou a rotura de uma relação não marital (Agopian, et. al. cit. Spilman, 2006).

Aquando da aprovação da Convenção, na maioria dos casos, eram os pais que praticavam o crime. Eram os pais descontentes com a atribuição do poder paternal à mãe, os quais agiam por represália ou em autodefesa. A situação foi-se alterando e, hoje em dia, são as mães os principais agentes deste tipo de rapto, com o objetivo de impedir o contacto do pai com a criança, motivadas por sentimentos de vingança, na sequência de violência doméstica, por razões profissionais ou familiares (Amaral, 2011).

Segundo o Relatório Anual Estatístico do SOS-Criança de 2010, das 41 situações apresentadas ao SOS-Criança Desaparecida, 20 corresponderam ao referido tipo de desaparecimento - rapto parental. Em Portugal, as causas mais frequentes de um desaparecimento são os raptos parentais/subtração de menor e as fugas, essencialmente de crianças institucionalizadas.

Existem poucas evidências estatísticas sobre o rapto parental, contudo, a maior incidência de estudos sobre o rapto parental encontra-se nos E.U.A através do U.S. Department of Justice – *Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention* (OJJDP). Estas pesquisas têm sido realizadas, especificamente, pelo National Incidence Studies of Missing, Abducted, Runaway and Thrownaway Children (NISMART) (Finkelhor et al. cit. Chiancone, 2001).

Segundo o NISMART-1, o rapto parental não se restringe a um grupo específico socioeconómico ou étnico. No entanto, os pesquisadores têm identificado algumas características comuns entre os raptos e as suas vítimas. Este estudo referencia que mais de metade das crianças raptadas tinha idade inferior a 8 anos e cerca de um quarto de idade inferior a 4 anos (Finkelhor *et al.* cit. Chiancone, 2001). Outros estudos indicam que as crianças entre os 3 e 5 anos de idade são as mais suscetíveis ao rapto parental. Como tal, as crianças com menos de 6 anos são particularmente vulneráveis. O progenitor-vítima<sup>1</sup>, progenitor/cuidador privado do contacto com a criança, encontra-se na casa dos 30 anos e o número estimado é de 117200, cerca de 57 por cento de todos os que experienciaram um rapto familiar (Hammer, Finkelhor & Sedlak, 2002).

O estudo NISMART-1 descobriu que existe uma maior percentagem de rapazes, cerca de 58 por cento, do que de raparigas (42 por cento) que foram vítimas de rapto parental, embora as diferenças não sejam estatisticamente significativas. Os dados de NISMART-1 também indicaram uma maior frequência de raptos do sexo masculino (72 por cento) do que sequestradores do sexo feminino (28 por cento), sendo os ex-maridos e os ex-namorados os que constituem o maior grupo destes raptos (42 por cento), seguido pelos maridos atuais e namorados atuais (21 por cento). O segundo estudo NISMART, realizado em 2002, comprova que 53 por cento das crianças foram raptadas pelo pai biológico (Hammer, Finkelhor & Sedlak, 2002). Em contrapartida um estudo de Chiancone e Girdner (2001) analisou

---

<sup>1</sup> Tradução de “*the left-behind parent*” In Hammer, Finkelhor & Sedlak, 2002.

especificamente os raptos parentais internacionais e verificou que o número de raptos do sexo masculino e feminino era igual.

Hegar e Greif (1991) encontraram altas taxas de casamento inter-cultural ou internacional entre as 371 famílias que tinham experienciado rapto parental, sendo que, 16 por cento destes raptos envolviam casais que diferem em raça ou etnia, a maior incidência de rapto parental internacional verificado neste grupo de casais, cerca de 50 por cento. Um estudo de Chiancone e Girdner (2000) sobre raptos parentais internacionais corroboram a mesma conclusão, com uma taxa elevada de casamentos interculturais e internacionais.

O conflito parental contínuo é um fator de grande importância nesta problemática. Segundo Finkelhor & Hashima (2001), existe um número elevado de raptos parentais que ocorrem durante o período de separação e divórcio do casal, momento em que podem ocorrer muitos conflitos conjugais. Os resultados sugerem que as crianças cuja família tem altos níveis de conflito parental estão em permanente risco de rapto parental.

Chiancone e Girdner (2001) encontraram características semelhantes às descritas nos casos de rapto internacional de crianças. O NISMART-2 comprova os resultados acima descritos: os raptos parentais ocorreram em famílias onde as crianças não viviam com ambos os progenitores, 42 por cento das crianças raptadas estava a viver com um dos pais e 17 por cento estava a viver com um dos pais e com o respetivo parceiro do progenitor/cuidador. Tais circunstâncias poderão originar motivos para o rapto parental. Outro dado curioso é o facto de 63 por cento das crianças raptadas estarem com o raptor, em circunstâncias legais, imediatamente antes do rapto. Trinta e cinco por cento das crianças foram raptadas durante o verão (Junho a Agosto), provavelmente porque as crianças tendem a despender mais tempo com os pais não detentores da custódia, contribui portanto, para que as oportunidades de rapto sejam maiores (Hammer, Finkelhor & Sedlak, 2002).

Na revisão de literatura realizada por Chiancone (2001) sobre o rapto parental, encontra-se alguns motivos para tal ato, tais como o sequestrador raptar a criança do outro progenitor com o intuito de forçar uma reconciliação ou de continuar a interação com o progenitor-vítima. Noutros casos, estes autores averiguaram que os raptos têm o desejo de culpar, punir ou afetar o outro progenitor, especialmente no caso de pais raptos, visto que, podem perder a custódia legal do filho ou até mesmo o direito das visitas, diante de um papel parental diminuído.

No NISMART-2, os resultados indicam que, em 17 por cento dos casos, a criança foi levada para fora do país com a intenção de tornar difícil a sua recuperação e 82 por cento teve a intenção de afetar os privilégios de custódia. Em casos extremos, o rapto pode ter resultado de delírios paranoides e/ou transtornos de personalidade do raptor de total desrespeito pela lei (Hammer, Finkelhor & Sedlak, 2002). A motivação para raptar também pode ser uma tentativa de proteger a criança de um progenitor que possa molestar, abusar ou negligenciar a própria criança. Sendo assim, este ato pode ser considerado uma preocupação legítima, assim o rapto seria uma tentativa de “resgatar” a criança do outro progenitor (Johnston cit. Chiancone, 2001). Uma pesquisa realizada pela *American Prosecutors Research Institute* (APRI) anunciou que 27 por cento dos casos de rapto parental consistia em alegações de abuso infantil por parte do “progenitor-vítima”. Os números são semelhantes no caso das alegações de violência doméstica. Cerca de um quarto dos casos envolveu denúncias de violência doméstica contra o raptor. No geral, 30 por cento dos casos envolveu acusações tanto de abuso infantil como de violência doméstica (Klain cit. Chiancone, 2001).

Relativamente ao fatores de risco subjacentes ao rapto parental, Johnston e Sagatun-Edwards realizaram um estudo para identificar os fatores que indicam as condições em que as crianças podem estar em risco de rapto parental. Segundo os seus resultados, a maioria dos raptadores tinha um nível socioeconómico baixo, incluindo o desemprego, eram pais jovens (sem nunca terem casado) e tinham filhos de menor idade. Além disso, muitos destes raptadores tinham registo criminal. A combinação destes fatores sociais contribuiu, assim, para um aumento do risco de rapto parental (Chiancone, 2001). Neste estudo, os pesquisadores descobriram outro dado interessante: a ocorrência de rapto parental seria mais provável se o raptor não apresentasse laços financeiros e emocionais com a área geográfica de onde a criança foi retirada. O facto de ter apoio financeiro e emocional noutra parte do país ou até mesmo noutra país também aumentou o risco de rapto parental.

Greif e Hegar (1994) descobriram que cerca de 75 por cento dos raptadores do sexo masculino e 25 por cento do sexo feminino exibiam comportamentos violentos no passado. No entanto, e apesar deste nível aparentemente alto de violência familiar, não pode ser considerado um fator claramente visível na avaliação do risco de rapto parental.

Segundo a Associação Portuguesa de Crianças Desaparecidas os principais fatores de risco de rapto parental são: as crianças que têm dupla nacionalidade; aquelas cujos progenitores se encontram envolvidos em processo de divórcio e não estão de acordo sobre as

regras que vão definir as responsabilidades parentais, nomeadamente as que contendem com a fixação da guarda da criança; aquelas que são filhas de um progenitor que já ameaçou o outro com a subtração da criança; aquelas cujos progenitores têm amigos ou familiares a residir no estrangeiro; as que são filhas de casais em que um dos progenitores tem nacionalidade diferente da do país de residência do menor; aquelas em que um dos progenitores nutre sentimentos de vingança pelo outro, devido ao facto de este ter voltado a fazer a sua vida com outra pessoa e por último crianças de progenitor(a) com antecedentes penais.

Um dos obstáculos para a recuperação de crianças raptadas pelos pais é a percepção da sociedade em geral de que as crianças não se encontram em perigo visto que estão sob a custódia física de um pai, mesmo que este seja um raptor. A experiência de rapto pode ser emocionalmente traumática tanto para as crianças como para o progenitor-vítima. Esta experiência é particularmente prejudicial nos casos em que a força física é utilizada no ato de raptar e este é ocultado ou quando a criança é “aprisionada” durante um longo período de tempo (Chiancone, 2001). De acordo com os dados NISMART, os raptos usaram a força física em 14 por cento dos raptos parentais e ameaças coercivas em 17 por cento (Finkelhor *et al. cit.* Chiancone, 2001).

São raros os estudos que abordam o impacto do rapto nos pais. Alguns estudos do início dos anos 90 mostraram que os pais-vítima manifestaram ansiedade, sentimentos de derrota, desespero e desamparo. Além disso, foram encontrados sentimentos de perda, raiva, prejuízos no padrão de sono, pesadelos, solidão, culpa, medo, perda do apetite e depressão grave (Kiedrowski, *cit.* Dalley, 2007).

Segundo Greif e Hegar (1991), a maioria dos progenitores/cuidadores vítimas de rapto parental experimentaram sentimentos de perda, raiva e distúrbios do sono. Metade destes pais relatou sentimentos de solidão, medo, perda de apetite ou depressão. Deste grupo, apenas 50 por cento procurou ajuda profissional para lidar com esta situação. Um quarto dos pais foi tratado da depressão e outro quarto foi tratado da ansiedade e outros problemas inerentes.

Forehand *et al.* descobriram que os pais das crianças raptadas apresentavam um alto nível de distúrbio psicológico durante o período em que a criança estava “desaparecida”, o qual, diminuiu, posteriormente, no momento em que a criança foi recuperada. No entanto, o *stress* e o trauma da experiência de rapto parental não terminam necessariamente quando a criança é recuperada. Muitos destes pais relataram que, em relação ao que se verifica

anteriormente ao rapto, o sofrimento psíquico aumentou após a reunificação com o seu filho, possivelmente devido a preocupações de um novo rapto e/ou stress associado a esta união (Dalley, 2007).

Num estudo realizado por Henderson e Henderson (1997), os autores constataram que, no caso das famílias de crianças vítimas de rapto parental, os sentimentos iniciais após o rapto foram de ansiedade, impotência e vergonha. De acordo com um estudo realizado pelo National Center of Missing and Exploited Children, os pais entrevistados descreveram um impacto súbito e devastador no momento em que tiveram certeza de que a criança estava desaparecida, oscilando entre sentimentos de medo intenso e descrença frente ao ocorrido. Esta pesquisa também constatou que, após a confirmação do desaparecimento, os pais se sentem paralisados, não sendo capazes de aceitar que a ausência do filho se entenda por longos períodos de tempo, apresentando reações de choque, entorpecimento e negação (Hammer, *et al.*, 2002).

Lloyd e Zogg (1997) obtiveram estes dados anteriormente e afirmaram que, após o momento inicial marcado pelas reações de choque e negação, o período seguinte é de ação orientada, no qual os pais geralmente contam aos amigos, membros da família, escola, vizinhos e organizações às quais a criança pertencia, numa tentativa de a localizar. Segundo as autoras, os pais sentem dificuldade em lidar com o medo e a ansiedade frente à notícia do desaparecimento enquanto, simultaneamente, têm de tomar decisões para iniciar as buscas pela criança, e acabam por vencer este obstáculo inicial sustentados pela esperança de resgatar a criança sã e salva.

Hatcher, Barton e Brooks constataram que cerca de três quartos (73,1 por cento) dos pais vítimas de rapto parental apresentam uma preocupação constante por uma nova reincidência de rapto parental por parte do outro progenitor/cuidador. Além disso, o rapto de uma criança pode ter um efeito devastador no nível económico do progenitor-vítima, consequência da procura e recuperação da criança, o que, por sua vez, pode aumentar os níveis de ansiedade do mesmo, devido à difícil procura da criança e à manutenção dos compromissos de trabalho (Chiancone & Girdner, 2000).

Spilman (2006), em *Child Abduction, Parent's Distress and Social Support*, comprova os dados acima descritos. Este estudo analisa a forma como os pais de crianças raptadas, dentro ou fora da família, lidam com o *stress* causado pela experiência do desaparecimento

dos seus filhos. Os resultados indicam que todos os pais sofreram uma angustiante e stressante experiência, e que, fatores como o *stress* familiar, a idade da criança, o estado da mesma após a sua recuperação e as medidas de apoio social, têm grande impacto na vivência deste fenómeno. Além disso, Spilman (2006) demonstrou que o apoio social, principalmente o apoio dos amigos, é crucial para a diminuição dos níveis de *stress* dos pais enquanto o apoio da família e dos advogados pode aumentar estes níveis de *stress* e angústia.

Diversas pesquisas têm demonstrado que os efeitos psicológicos e emocionais de qualquer vitimização criminal, neste caso de rapto parental, podem ser graves, especialmente se o crime consiste numa violação às relações pessoais ou se baseia numa privação das vítimas do seu senso de controlo pessoal (Davis, Taylor & Lurigio, *et. al.* cit. Spilman, 2006).

A experiência de rapto parental pode ter um enorme impacto na vida das crianças raptadas. O grau do trauma experimentado por estas crianças relaciona-se com a idade da criança no momento do rapto, os cuidados que o pai-raptor tem com a criança, a duração do rapto, o estilo de vida durante o rapto e o apoio recebido pela criança após a sua recuperação (Chiancone, 2001). Da mesma forma, um estudo realizado pelo National Center for Missing and Exploited Children (NCMEC) revelou que mais de 50 por cento das crianças recuperadas experimentou sintomas de *stress* emocional, incluindo ansiedade, desordens alimentares e pesadelos, sofrendo de choro incontável e alterações do humor, distúrbios do sono, comportamento agressivo, desconfiança em relação às figuras de autoridade, como resultado do rapto parental (Hatcher, Barton & Brooks, 1992).

Segundo um estudo da NISMART sobre o trauma emocional das crianças vítimas de rapto parental, os raptos que envolveram crianças com idade igual ou superior a 5 anos e raptos que se entenderam por períodos mais longos tornaram as crianças mais propensas a problemas psicológicos. Neste estudo, Plass, Finkelhor e Hotaling (1997) indicaram que o trauma emocional “de um episódio de rapto parental associa-se a fatores como a interrupção da rotina da (s) criança (s), presença de um aumento do nível de conflito entre os adultos e com a consciência geral da (s) criança (s) do rapto parental.”

Relativamente ao apoio parental, são poucos os investigadores que têm informações sobre as estratégias de enfrentamento durante e após o rapto. Spilman (2006) afirmou que todos os pais experimentaram alguma mudança emocional após o incidente, no entanto, nem todos os pais sofrem de angústia. Ainda assim, o investigador confirmou que após a

recuperação de uma criança sequestrada, o apoio dos amigos ajudou a apaziguar o efeito do evento sobre o bem-estar psicológico dos pais de crianças raptadas. Por fim, esta pesquisa constatou que o apoio policial foi particularmente benéfico para os pais e o apoio da família aumentou os seus níveis de ansiedade, sendo que a ajuda jurídica e financeira não têm o mesmo significado em termos de apoio emocional comparativamente ao que a pessoa recebe dos amigos (Dalley, 2007).

Por último, a pesquisa realizada no âmbito do rapto parental indica que este tipo de experiência pode ser altamente traumático para as crianças e para o progenitor-vítima e o período de separação tem um impacto prejudicial sobre ambos. Num estudo realizado por Greif acerca das consequências a longo prazo de rapto parental, fica demonstrado que, cerca de 10 anos após o rapto, 40% dos pais experimentaram um sentimento de raiva e um desejo de vingança contra o outro progenitor (Dalley, 2007).

A maioria dos pesquisadores relata que os pais experimentam dificuldades financeiras durante a procura/recuperação dos seus filhos. O custo não é apenas monetário, mas pessoal. Quanto maior a pesquisa durante a recuperação, maior o nível de *stress* sentido pelos pais, tal *stress* que, muitas vezes, afeta o dia-a-dia e pode diminuir, a produtividade no trabalho para aqueles que estão empregados pode ofuscar a produtividade no trabalho.

Quando solicitados para verbalizar as suas frustrações principais, a maioria citou frustrações emocionais, tais como, preocupação, *stress*, ansiedade de separação e medo. Alguns também demonstraram a sua frustração com as autoridades que não valorizaram a sua queixa e que não estavam bem informados sobre o processo legal (Dalley, 2007).

Será necessário uma melhor compreensão do fenómeno e um aperfeiçoamento pedagógico da sociedade em geral para garantir uma resposta mais rápida e eficaz às crianças e famílias afetadas pelo rapto parental (Chiancone, 2001). No entanto, não deve ser assumido que os raptos parentais podem ser resolvidos sem intervenção das autoridades ou entidades competentes. Assim, os esforços de prevenção devem focalizar-se em crianças mais pequenas, especialmente aquelas que não vivem com ambos os pais biológicos. Os programas que promovem especificamente o bem-estar infantil e aqueles que zelam pelas questões de segurança em geral podem ser cruciais e apropriadas para uma maior consciencialização do fenómeno: rapto parental (Hammer, Finkelhor & Sedlak, 2002).

## CAPÍTULO II

### METODOLOGIA

#### *Objetivos do Estudo*

Enquadrado num contexto de uma investigação qualitativa e através de uma leitura fenomenológica, o presente estudo tem como objetivo principal a descrição e compreensão da experiência subjetiva dos pais que vivenciaram o rapto parental, ou seja, perceber o fenómeno “rapto parental” através do olhar dos progenitores/cuidadores - vítimas (“Left-Behind Parents”).

Em termos mais específicos, pretende-se examinar de um modo fenomenológico a experiência vivenciada pelos pais após a tomada de consciência de rapto parental até à recuperação da criança, com o intuito de perceber a essência dos significados subjetivos associados ao fenómeno em questão.

#### *Participantes*

A amostra foi constituída por quatro participantes do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 37 e os 52 anos.

Os critérios de seleção dos participantes nesta amostra baseiam-se na aceitação e disponibilidade dos participantes para realizar uma entrevista não - presencial através da linha telefónica do SOS-Crianças Desaparecidas, bem como a comprovação da existência de uma experiência de rapto parental por parte dos participantes. A seleção criteriosa destes sujeitos foi efetuada por um dos técnicos do SOS-Crianças Desaparecidas com a permissão do Diretor do IAC – Instituto de Apoio à Criança, local onde foram realizadas as quatro entrevistas.

Segue-se uma breve descrição de cada um dos participantes, de acordo com as informações facultadas pela técnica do SOS-Crianças Desaparecidas com o consentimento dos participantes:

P1 é um homem com 43 anos, de nacionalidade portuguesa; divorciado e é pai de uma criança do sexo feminino; Mecânico.

P2 é um homem com 37 anos, de nacionalidade portuguesa; divorciado e é pai de uma criança do sexo masculino que já foi reencontrada; Desempregado.

P3 é um homem de 48 anos, de nacionalidade portuguesa; divorciado e é pai de uma criança do sexo masculino que já foi reencontrada; Solicitador.

P4 é um homem com 52 anos, de nacionalidade portuguesa; divorciado e é pai de uma criança do sexo feminino; Taxista.

### *Material*

A entrevista não-presencial foi escolhida como o principal meio para a obtenção de uma descrição detalhada e tão completa quanto possível da experiência vivida pelo entrevistado e suas explicitações de significados sobre o fenómeno descrito. Estas entrevistas foram registadas num gravador de áudio e transcritas integralmente para um documento digital de um computador portátil.

O tratamento dos dados recolhidos na entrevista foi efetuado a partir do método fenomenológico de Amadeo Giorgi.

### *Procedimentos*

Como já referido anteriormente, após a permissão do diretor do Instituto de Apoio à Criança (IAC) para a realização das entrevistas nesta instituição e após a certificação do cumprimento dos critérios de seleção, quer por parte do entrevistador quer pela responsável técnica do serviço SOS-Crianças Desaparecidas, mediadora do contacto entre o entrevistador e o entrevistado, os participantes foram contactados telefonicamente pela técnica mediadora, tendo sido apresentado a finalidade deste estudo assim como o pedido para o consentimento informado por parte dos participantes, em relação aos procedimentos do estudo.

Posteriormente, à aceitação da realização da entrevista por parte dos participantes, o entrevistador agradeceu a disponibilidade e a voluntariedade dos mesmos, para de seguida esclarecer novamente os objetivos do estudo e com o respetivo consentimento foi pedido a autorização para o registo da entrevista através de um gravador áudio. Seguidamente foi solicitado aos participantes que descrevem-se a sua experiência de rapto parental em linguagem do senso comum. A entrevista iniciou-se com uma pergunta aberta, de carácter exploratório, e as questões subsequentes ou as intervenções do investigador surgiram a partir do fluxo das descrições dos participantes, dando-se toda a liberdade e espontaneidade para as respostas. Neste sentido, a questão da investigação colocado foi: *“Por favor, descreva detalhadamente, o quanto possível, a sua experiência de rapto parental”*.

A duração mínima das entrevistas foi de 15 minutos e a máxima de 25 minutos, variando de participante para participante, visto que a condução da conversação dependeu da menor ou maior facilidade dos participantes em verbalizar a sua experiência. De um modo geral, os participantes falaram da sua vivência de forma espontânea, mantendo a confidencialidade e o anonimato exigidos ao longo da entrevista, exceto quando o entrevistado permitisse o contrário.

No final das entrevistas, foi facultado pela técnica mediadora algumas informações sobre os respetivos participantes com o consentimento dos mesmos.

Posteriormente à aplicação das entrevistas exploratórias de cariz descritivo e após a obtenção dos dados de investigação e da transcrição integral das descrições dos sujeitos, o protocolo foi analisado através do método fenomenológico de Amadeo Giorgi.

### *Investigação Qualitativa*

Tendo este estudo o objetivo explorar a experiência subjetiva e individual da vivência de raptos parentais, a escolha de um método qualitativo, de natureza fenomenológica, parece a mais indicada à investigação, na medida em que parte da descrição de experiências pessoais para alcançar a descoberta do significado psicológico, implícito ou explícito, expresso pelos indivíduos. Os métodos de pesquisa devem ser selecionados, ajustados e desenvolvidos a partir de uma compatibilidade com a natureza do fenómeno estudado, como tal, é o fenómeno que dita o método incluindo o tipo de participantes (Groenewald, 2004).

Posto isto, anteriormente ao desenvolvimento do método deste estudo, torna-se relevante compreender que atualmente o método fenomenológico faz parte de um todo que é a investigação qualitativa.

A investigação qualitativa tem como principal objetivo desenvolver uma compreensão de como o mundo é construído, reflexão que pode ser realizada sob diferentes perspetivas. A investigação qualitativa é humanista, e parte do princípio que individualmente e, coletivamente, criamos o mundo em que vivemos e somos por ele responsáveis. Este tipo de investigação produz essencialmente conhecimento em três áreas: o conhecimento do outro, o conhecimento do fenómeno e o conhecimento reflexivo. É implícita a qualquer forma de pesquisa qualitativa a ideia que, em última análise, não podemos conhecer realmente como é que o mundo é construído, não conseguimos atingir a compreensão “científica” do mundo humano (McLeod, 2001).

A investigação qualitativa tem vindo a ganhar aos poucos o seu lugar no estudo da condição humana e tem-se caracterizado por uma vulnerabilidade na forma de trabalhar e recolher dados, no entanto, possui um pilar comum que assente numa integração do estudo da psicologia com a riqueza dos seus contextos históricos, sociais e culturais. Ainda assim, ressalta-se a especial atenção que a investigação dá às pessoas, às suas experiências, situações e respetivos contextos, tomando sempre em consideração o facto de os indivíduos serem atores principais na criação de significados intencionais sobre essas experiências (Maracek, 2003).

Como tal, os fenómenos que não apresentam uma fácil quantificação são os mais apropriados para serem analisados pelos métodos e procedimentos da investigação qualitativa, que procuram uma compreensão particular do fenómeno em estudo, não se interessando por generalizações, princípios ou leis, na medida em que o foco da atenção é centralizado no específico, no peculiar, no individual (Coltro, 2000).

Em termos gerais, o resultado final de uma investigação qualitativa segue normalmente uma conduta orientadora que integra simultaneamente a experiência dos participantes, a reflexão do investigador, a descrição e interpretação do problema e as propostas de intervenção em relação à literatura (Creswell, 2007).

### *Método Fenomenológico*

Todos os métodos de investigação são fundados em certos pressupostos epistemológicos sobre como conhecemos, ou qual é a natureza da realidade. A perceção permite aceder à experiência do mundo como é dada antes de qualquer análise. A fenomenologia reconhece que os significados são dados na perceção e modificados na análise (Donalek, 2004).

A perspetiva fenomenológica da vivência psicológica está relacionada com o *como* os dados se apresentam à consciência, do que com o que *realmente* são. O que significa que para compreendermos a realidade psicológica, é necessário compreendermos a essência do fenómeno, conhecer como é que as coisas se apresentam a nós. A ciência psicológica deve ter em consideração as dimensões qualitativas do fenómeno experimentado (Giorgi, 2000).

A fenomenologia, que se dedica ao estudo da essência do fenómeno, teve início com o trabalho de Edmund Husserl, tendo vindo a exercer a sua influência nas ciências sociais.

Segundo os seus pressupostos, podemos ter ao nível da consciência a certeza sobre a forma como apreendemos os fenómenos em si mesmos, ilusórios ou reais, mesmo que não

exista evidência sobre a existência independentemente das coisas. Toda a consciência é consciência de alguma coisa, o que significa que não há consciência sem um objeto de referência, o pensamento está sempre voltado para algum objeto.

Uma noção importante da fenomenologia é esta ideia de intencionalidade da consciência, entendida como a sua essência. Todos os objetos da consciência transcendem o ato em que aparecem. Na Psicologia, o comportamento é compreendido como intencional, ele é dirigido a situações que transcendem o comportamento em si (Giorgi & Giorgi, 2003).

Segundo Giorgi e Sousa (2010) os aspectos cruciais de uma abordagem fenomenológica assentam em primeiro lugar na compreensão do fenómeno da consciência, e em segundo lugar, na totalidade da experiência vivida de uma determinada pessoa. Neste sentido o papel da consciência é assumido como a principal fonte de construção de significado, em relação aos objetos ou fenómenos que se apresentam intuitivamente.

O método fenomenológico propõe uma descrição exaustiva do fenómeno da experiência quotidiana, com o intuito de chegar à compreensão das suas estruturas essenciais. Neste sentido, é necessário um alheamento de teorias e crenças. A que Husserl denominou de *epoché* ou *redução fenomenológica*, caracterizada pela exploração do fenómeno enquanto algo puro, livre dos elementos pessoais e culturais, o que facilita o alcance da essência. A *epoché* consiste numa atitude de suspender quaisquer pressupostos, conhecimentos ou crenças sobre o fenómeno investigado e a *redução fenomenológica* implica que os objetos são reduzidos, mas não os atos da consciência, com os quais os objetos estão correlacionados, o que significa que eles são reconhecidos exatamente como se apresentam a si mesmo, são pensados como presenças, não realidades. Os objetos ou aspectos da situação são considerados intencionais, enquanto os atos são entendidos como correlacionados com a subjetividade existente (Giorgi, 2000). Assim, na raiz da fenomenologia, o que se pretende é compreender o fenómeno em si, e permitir a emergência da sua essência (Groenewald, 2004).

De um modo geral, a investigação fenomenológica psicológica propõe-se clarificar situações vividas pelas pessoas na vida quotidiana. A fenomenologia pretende permanecer o mais fiel possível ao fenómeno e ao contexto em que ele aparece no mundo. Na análise fenomenológica de um determinado fenómeno, os participantes descrevem uma experiência vivida num contexto específico, que é depois analisada com o objetivo de conhecer a essência psicológica desse fenómeno. A importância do uso de descrições está relacionada com a necessidade de conhecer como alguém experimenta o que está a ser vivido (Giorgi & Giorgi, 2003).

A descrição é obtida através de uma entrevista, cuja finalidade é que o participante descreva, com o maior detalhe possível, a experiência de uma situação do interesse do investigador. A transcrição da entrevista constitui os dados brutos da investigação. A partir da descrição, o investigador analisa-a de todos os ângulos e perspectivas (variação livre imaginativa, de forma a separar os aspetos do fenómeno contingentes a circunstâncias particulares, dos que se mantêm constantes, para alcançar a essência do fenómeno (McLeod, 2001).

O método fenomenológico científico descritivo, uma vez que parte das descrições concretas de experiências vividas pelos participantes e o resultado final do processo de análise é uma descrição da essência psicológica ou constituintes essenciais da estrutura do fenómeno (Giorgi & Giorgi, 2003).

#### *Método Fenomenológico de Amadeo Giorgi*

Para Giorgi o conceito operativo da investigação fenomenológica é a descrição. O objetivo do investigador é descrever, com a maior precisão possível o fenómeno, abstendo-se dos conhecimentos anteriores sobre o mesmo, mas permanecendo fiel aos factos (Groenewald, 2004). O método fenomenológico delineado por Amadeo Giorgi, é constituído por quatro passos essenciais:

1. Estabelecer o Sentido Geral; ler a descrição na sua totalidade, para conhecer o seu sentido geral.

2. Determinação das Partes; a descrição do participante é dividida em partes, em unidades de significado, facilitando uma análise mais aprofundada da experiência descrita.

3. Transformação das Unidades de Significado em Expressões de Carácter Psicológico; vai permitir um refinamento progressivo do sentido da descrição original. Esta transformação explicita o que está implícito, especialmente em relação ao significado psicológico, o que permite à análise revelar significados que são vividos, mas não necessariamente articulados de forma clara ou totalmente conscientes. As unidades de sentido são transformadas através da variação livre imaginativa.

4. Determinação da Estrutura Geral de Significados Psicológicos; consiste em determinar quais os constituintes essenciais, os significados invariantes da experiência. O investigador examina cada uma das unidades transformadas e seleciona os constituintes verdadeiramente invariantes que são utilizados na construção da estrutura.

No final o investigador dialoga com a literatura de forma a estabelecer uma comparação entre os dados por si obtidos e as investigações existentes (Giorgi & Sousa, 2010).

## CAPÍTULO III

### APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Baseados no método fenomenológico de Giorgi, os resultados serão apresentados de acordo com duas vertentes principais, sendo a primeira referente à *estrutura geral de significados psicológicos*, que congrega a essência comum das experiências subjetivas dos quatro participantes em relação ao tema em estudo, e a segunda vertente referente à descrição e análise dos sentidos mais invariantes, denominados *constituintes essenciais* da experiência, bem como das respectivas *variações empíricas*.

A transcrição das entrevistas e a transformação das unidades de significado em expressões de caráter psicológico de acordo com os quatro passos do método fenomenológico de Giorgi, podem ser consultadas na secção do Anexos – Anexo A e Anexo B, respectivamente.

#### *Descrição da Estrutura Geral de Significado nos 4 Participantes*

A experiência de rapto parental nestes progenitores desenvolve-se em três momentos significativos, sendo que num primeiro momento, o aparecimento da experiência está associado a um contexto familiar disfuncional, envolvido em conflitos conjugais que culminam na separação conjugal.

Posteriormente à vivência desta rutura ocorre o rapto parental, onde a mãe sequestra a criança da sua residência habitual, sem o consentimento do pai, progenitor-vítima. Num segundo momento, a imprevisibilidade deste acontecimento desperta no progenitor-vítima uma reação de indignação e revolta face ao ato cometido pela ex-cônjuge.

Num terceiro momento, os participantes manifestam sentimentos de incerteza e preocupação em relação às condições físicas e mentais em que se encontra a criança, sendo que, após o rapto e durante o desaparecimento, existe uma perda de contacto com a mesma, dando-se uma rutura da experiência afetiva entre pai-criança.

A revolta e a injustiça sentida pelos participantes ao longo da experiência é acompanhada pela projeção da culpa na mãe da criança, visto ser a única causadora deste ato incompreendido por parte do progenitor-vítima. Ao longo deste movimento de culpabilização, o sujeito coloca-se numa posição de autovitimização em relação à experiência vivida.

Após o rapto parental e a dupla perda relacional, parece despertar no sujeito sentimentos de perda, angústia e sofrimento psicológico no processo de reencontro demorado. Posteriormente, o suporte emocional tem um papel principal na capacidade de resiliência dos participantes e na forma de apaziguamento da perda e do sofrimento manifestados após o desaparecimento da criança.

Consequentemente, esta experiência contribuiu para uma transformação das rotinas diárias dos participantes, bem como mudanças significativas no modo de ser-estar no mundo, percebidas na vida pessoal, profissional e relacional dos participantes.

### *Constituintes Essenciais da Estrutura Geral de Significado e Variações Empíricas*

Os constituintes essenciais representam os significados invariantes que foram encontrados no espectro da experiência de rapto parental dos quatro participantes. Assim, foram identificados oito constituintes essenciais na estrutura geral de significado: *Separação Conjugal; Reação de Indignação e Revolta; Sentimento de Incerteza e Preocupação; Projeção da Culpa; Autovitimização; Sentimentos de Perda, Angústia e Sofrimento Psicológico; Suporte Emocional e Mudanças no Quotidiano/Transformações do Ser-Estar no Mundo.*

Estes constituintes essenciais serão apresentados de seguida, juntamente com uma análise das suas respetivas variações empíricas que serão completadas através das citações mais significativas dos próprios participantes, indicadas através da sigla u.s. (unidade de sentido) e do respetivo número que poderão ser consultadas no Anexo B. Por fim, a síntese dos constituintes essenciais e das variações empíricas é ilustrada no final desta secção através da apresentação da Tabela 1.

### *Separação Conjugal*

A experiência de rapto parental nestes quatro participantes está associada a um primeiro momento significativo onde ocorreu uma separação conjugal que influenciou a tomada de decisão, por parte da figura materna, na realização do rapto.

O participante 1 (P1) inicia o seu discurso ao explicar que esta experiência surge devido aos vários conflitos conjugais, sendo este o motivo do divórcio do casal:

*“Bem, esta história começa com os desentendimentos frequentes entre mim e a mãe da minha filha. Nós discutíamos muito e, portanto, separámo-nos e depois divorciámo-nos” (u.s.1).*

O participante 2 (P2) evidencia que no momento em que ocorreu a primeira tentativa de rapto, mantinha uma relação formal com a mãe do seu filho após o seu divórcio:

*“Ah! Importante referir que há bastante tempo que estava separado da mãe do meu filho mas continuava a manter o mínimo de contacto com ela, visto que depois do divórcio conseguimos de forma pacífica chegar a um consenso sobre a guarda dele”* (u.s.3).

Para o participante 3 (P3) o rapto parental é uma concretização de uma pré-intenção da sua ex-cônjuge, posterior ao seu divórcio:

*“A mãe saiu de casa quando o menino tinha 13 meses de idade e já quando estávamos divorciados, ela sempre ameaçou ir para a América com o menino”* (u.s.6).

Por fim, o participante 4 (P4) associa o começo desta experiência aos conflitos conjugais, e posteriormente, à separação do casal, ainda que, anteriormente ao momento do rapto:

*“Bem, mas isto tudo começa quando a mãe da minha filha ainda estava a viver comigo. Nós discutíamos muito e ela ia apresentar queixas na polícia que eu fazia aquilo e mais isto e que eu tinha uma arma em casa”* (u.s.4); *“No dia 16 de Fevereiro liga-me a dizer que me ia deixar, que não ia mais para casa, nem ela nem a filha”* (u.s.5).

### *Reação de Indignação e Revolta*

Num segundo momento, após a tomada de consciência do rapto parental, os participantes experienciam o rapto como sendo um acontecimento imprevisível, desencadeado uma reação de indignação e revolta por parte dos mesmos.

Face à imprevisibilidade do acontecimento, P1 demonstra indignação e surpresa, uma vez que alega ter cumprido com as suas responsabilidades parentais. Além disso, P1 considera o rapto parental um ato incompreensível, causando-lhe revolta:

*“Claro que isto foi uma situação inesperada porque eu levava uma vida normal com a miúda, nunca bati à minha filha, brincava com ela... E como é que isto veio a acontecer? Não percebo porquê, é uma coisa sem explicação que me deixa... Olhe, com os nervos à flor da pele!”* (u.s.5).

P2 começa por confessar que num dia em que foi buscar o filho à escola confronta-se com a situação de rapto parental, demonstra indignação e surpresa face à imprevisibilidade da situação, ao qual acrescenta-se um sentimento de impotência e revolta:

*“Posteriormente a toda esta situação, num dia em que fui buscar o menino à escola, como era habitual, fui surpreendido com a ausência do meu filho. Fiquei completamente atordoado, sem saber o que fazer nesta situação. Além de que senti uma grande raiva por isto me ter acontecido”* (u.s.6).

O episódio em que P3 toma conhecimento do rapto parental através de um familiar, serve como exemplo para evidenciar a tomada de consciência deste acto imprevisível, demonstrando revolta e indignação face à situação:

*“Passados dois dias tomei conhecimento através da avó que a mãe não aparecia, pensava ela que estaria noutra país e foi aí que percebi que era uma situação de sequestro, apesar de não estar à espera disto”* (u.s.3); *“Devo dizer que fiquei muito revoltado com tudo isto. Como é possível isto acontecer?!”* (u.s.15).

O desaparecimento da filha é vivido por P4 como um acontecimento inesperado e inexplicável, demonstrando indignação e impotência face à situação de rapto parental. Assim sendo, P4 enfatiza a revolta, a impotência e a indignação sentidas após o rapto, justificando-se como sendo uma situação injusta e intolerável, sem aceitação por parte do mesmo:

*“Foi uma coisa sem sentido, sem explicação. Se eu sonhasse sequer que isto ia acontecer...”* (u.s. 2); *“É uma situação que não tem lógica e o mais grave é que agora não posso fazer nada, estou de “mãos atadas” é isso que me deixa mais revoltado”* (u.s.14); *“ É uma grande injustiça. Eu não vejo lógica nisto. Nenhuma mãe que ame o seu filho faz isto, que não deixe o filho ver o seu pai”* (u.s.17).

### *Sentimento de Incerteza e Preocupação*

Num terceiro momento, após a rutura da ligação afetiva entre pai-criança, causada pelo desaparecimento da criança, os pais manifestam sentimentos de incerteza e preocupação em relação às condições físicas e mentais em que se encontra a criança.

P1 revela que o desaparecimento da sua filha teve um grande impacto na sua vida, vivenciando sentimentos constantes de incerteza e preocupação por não saber se a filha permanece com vida:

*“A pior coisa do mundo é não saber onde e como está a minha filha. Sei lá eu se está viva ou morta?! É uma incerteza constante...”* (u.s.8).

Em P2, a incerteza e a preocupação estão evidenciadas nos episódios em que P2 esperava ansiosamente por uma resposta positiva sobre o paradeiro do filho, interrogando-se diversas vezes pelo estado físico do seu filho:

*“E portanto, cada vez que o telefone tocava e que eu não conhecia o número que me estava a ligar e eu ficava... Onde está o meu filho? Será que o meu filho está bem ou mal? Se está morto ou vivo!” (u.s.9).*

Durante a procura do filho, P3 revela preocupação e incerteza face às circunstâncias em que este se encontrava, apesar de manter uma atitude proactiva:

*“ (...) Fez-se vários apelos internacionais, mas devo dizer-lhe que era uma constante preocupação. Apesar de tudo era uma grande incerteza sobre as condições em que o meu filho se encontrava” (u.s.9).*

Como consequência da privação de contacto, P4 vive em permanência incerteza e preocupação sobre o estado em que se encontra a filha:

*“Não vejo a minha filha desde Fevereiro, faz agora quatro meses que não estou com ela, nem falo com ela e não sei quando é que vou vê-la. Só espero que esteja bem, mas não sei... Só de pensar que ela pode estar mal...” (u.s.9).*

### *Projeção da Culpa*

A revolta e a injustiça sentida pelos participantes ao longo da experiência é acompanhada pela projeção da culpa nas ex-cônjuges, visto serem as únicas causadoras deste ato injustificável.

Ao sentir-se injustiçado, P1 culpabiliza a ex-mulher de estar a cometer uma crueldade:

*“Ela não tinha o direito de fazer isto. Aquela mulher não sabe o mal que está a fazer. É uma crueldade!” (u.s.13).*

No caso de P2, ao demonstrar ira e incompreensão face ao ato cometido pela ex-cônjuge, culpabiliza-a de um ato de extrema injustiça. Além disso, P2 também culpabiliza as autoridades intervenientes da sua inoperacionalidade neste tipo de situações:

*“Além disso senti uma grande raiva por ela me ter feito isto. Como é que ela conseguiu cometer este ato horrível?! Ela não tinha o direito de fazer isto!” (u.s.7); “Até pela própria inoperacionalidade das autoridades que pouco ou nada fazem para resolver estas situações quando elas são sinalizadas, como por exemplo os tribunais e o Ministério Público que nada fazem” (u.s.12).*

Para P3, a culpa projetada na sua ex-cônjuge pelo desaparecimento do filho está associada a uma intenção prévia de rapto parental por parte da mesma. Esta intenção constante protagonizada pela ex-mulher, juntamente com as acusações feitas a P3 reforça esta projeção de culpa:

*“ (...) E aí pensei que a mãe tivesse viajado com ele para os Estados Unidos, o que foi a sua intenção desde sempre. Pronto, ela forçou que o meu filho nascesse lá, provavelmente para que fosse mais fácil levá-lo, contudo já tinha a intenção de fazê-lo, sem sequer pensar nas consequências” (u.5); “Devo dizer que a mãe entretanto preparou tudo isto com muita antecedência porque a “senhora protagonista”, ciclicamente, ia fazendo queixas na polícia contra mim” (u.s.10).*

Ao encarar o rapto parental como uma consequência dos conflitos conjugais, P4 culpabiliza a sua ex-cônjuge do desaparecimento da filha, percecionado como uma vingança pessoal contra o mesmo:

*“As nossas desavenças pessoais ficam no tribunal, ela não tem que meter a menina no meio das nossas coisas. Porque é que ela usa a menina como vingança pessoal? Porque isto só pode ser uma vingança pessoal, só porque eu não quis ir para o Brasil?!” (u.s.18); “e depois ela começou a premeditar em levar a menina para o Brasil e foi o que ela fez...” (u.s.19); “Uma pessoa que leva uma criança assim não está a pensar na criança, não gosta da criança, está só a pensar nela e não na criança” (u.s.22).*

#### *Autovitimização*

Sendo esta uma experiência contínua marcada por diversas interligações entre os vários significados, nos relatos dos participantes é notória uma associação entre este movimento de culpabilização, referido anteriormente, e um comportamento de autovitimização, por parte destes pais, em relação à experiência vivida.

No caso de P1, ao sentir-se exclusivo da própria experiência e ao vivenciar sentimentos de injustiça, coloca-se numa posição de vítima face à imprevisibilidade da situação:

*“Esta situação é muito complicada, muito injusta. Ninguém merece isto. Fui apanhado na teia da aranha, como costume dizer” (u.s.12); “Ninguém sabe o que é estar nesta situação, passar por tudo isto. Só eu sei o que isto é...” (u.s.9).*

Já P2 referencia que tanto ele como o filho foram vítimas ao longo de todo este processo:

*“Além disso, é preciso referir que tanto eu como o meu filho fomos autênticas vítimas no meio disto tudo” (u.s.4).*

No caso de P3, a vitimização está relacionada com a premeditação por parte da ex-mulher de rapto e com as acusações e queixas realizadas por esta, com o intuito de afastar P3 do seu filho:

*“Portanto, ela usou isso para que o meu filho não voltasse a estar comigo porque havia o perigo eminente de o pai lhe fazer mal, o que é tudo mentira, uma ideia completamente disparatada, visto ser exatamente o contrário” (u.s.11).*

Finalmente, ao demonstrar incompreensão e incapacidade de justificação do rapto e visto ser um pai que assume as suas responsabilidades parentais, P4 sente-se vítima em comparação à sua ex-mulher, ou seja, vítima deste processo idealizada e concretizado pela ex-cônjuge:

*“Porque eu sou sincero, se ela acusasse com razão tudo bem, agora ela levou a menina para protegê-la de mim?! Porque lhe podia fazer alguma coisa de mal à menina?! Agora qual é o direito desta mulher dizer à filha que o pai é mau? Eu é que fui uma vítima nas mãos dela! Não consigo entender mesmo. O porquê... Porquê isto?” (u.s.20).*

#### *Sentimentos de Perda, Angústia e Sofrimento Psicológico*

Após o rapto parental e a dupla perda relacional, separação conjugal e desaparecimento da criança, parece despertar nos participantes sentimentos de angústia e sofrimento psicológico acompanhados pelo processo demorado de reencontro.

Segundo P1, a ausência de notícias relativas à filha causa-lhe um grande sofrimento, sendo uma perda na sua vida:

*“Um tormento... A dor é muita por não ter notícias da minha filha. É um pesadelo porque é uma grande perda na minha vida, ela é a minha menina!” (u.s.10).*

Para P2, o desaparecimento e a perda de contacto com o filho causou-lhe desgaste psicológico. Devido a esta vivência, P2 considera a experiência de rapto parental traumática:

*“Foi angustiante e stressante por não saber onde o meu filho estava ao longo deste tempo, de nunca mais o ver, foi bastante traumatizante e desgastante. Foi muito traumático” (u.s.8);“E não quero voltar a passar por esta situação porque se isto volta a acontecer eu nem sei como é que vou ficar...” (u.s.11).*

No caso de P3, justifica o seu mal-estar interior como consequência desta experiência dolorosa e angustiante. A ausência da criança é vista como uma perda na sua vida. As emoções nefastas provenientes da experiência são permanentes e bloqueadoras da sua expressão verbal:

*“Tudo isto foi um processo muito doloroso e com base nisto tudo... ai (suspiro). Peço desculpa mas isto é demasiado... é... isto é terrível” (u.s.13);“E digo-lhe que foi uma experiência muito penalizante, foi uma coisa terrível... uma grande perda para mim”*

(u.s.17); *“Peço desculpa por não conseguir falar muito bem sobre este assunto porque me causa uma grande emoção porque isto ainda está à flor da pele e é difícil...”* (u.s.21).

P4 descreve este momento significativo com grande tristeza e sofrimento associados à perda de contacto com a filha e à perda de sentido para a vida. A vulnerabilidade emocional é manifestada na dificuldade em verbalizar e descrever esta experiência:

*“ (...) É uma grande perda, um sofrimento que não se consegue calcular... Se eu fosse um bocadinho mais fraco já cá não estava não... é isso que eu tenho a dizer...”* (u.s.10); *“Entro em casa... Perdi a vontade de viver, perdi a vontade de tudo”* (u.s.11); *“É muito complicada toda esta situação. Entrei em depressão tão grande que só de falar disto dá-me vontade de chorar...”* (u.s.13).

### *Suporte Emocional*

A capacidade em ultrapassar a perda e apaziguar o sofrimento sentido após o desaparecimento da criança altera consoante o suporte emocional dos participantes. Assim sendo, a procura deste suporte sofre variações nos quatro participantes.

P1 recorre a práticas rotineiras como forma de atenuação do sofrimento, refugiando-se na sua vida profissional e nas suas amizades. P1 assume esta conduta como a única alternativa, uma vez que também minimiza os seus pensamentos obsessivos:

*“Se não fosse o meu trabalho... nem sei! Tento-me refugiar no trabalho senão dou em doido! Pronto é isso (...) Senão me agarro ao trabalho e aos amigos, agarro-me a quê? O tempo assim até parece mais curto e é da maneira que não estou sempre a pensar no mesmo”* (u.s.7).

Para P2, a incompetência das autoridades competentes reflete-se na falta de apoio por parte das mesmas, perdendo a confiança depositada nestes intervenientes:

*“Ao não sentir qualquer tipo de apoio por parte dos responsáveis intervenientes, perderam, para mim, toda a sua credibilidade.”* (u.s.13).

P3 recorre ao apoio psicológico cedido por diversas entidades como forma de colmatar o seu sofrimento. Assim sendo, estabelece um compromisso de ajuda com outros pais em situações idênticas. P3 compreende que este apoio prestado funciona como uma autoajuda, ao permitir-lhe lidar com as suas próprias dificuldades:

*“Mas, enquanto esperei pelo meu filho também fui participando e ajudando outros pais (...) Mas portanto, tive o apoio da Ordem dos Psicólogos que foram muito importantes, o apoio nos Serviços do SOS-Criança, a ajuda da Associação de Apoio Parental e dos Direitos dos Filhos e, como disse, participei num grupo de ajuda mútua. Para mim, foi*

*muito importante ajudar outros pais na mesma situação, isso fez com que conseguisse lidar melhor com os meus problemas” (u.s.16) e “Mas sentir que os serviços sociais tinham uma resposta foi muito bom e só tenho que agradecer às pessoas que estiveram ao meu lado e que me ajudaram ao longo deste processo” (u.s.20).*

Por fim, no caso de P4 é visível uma rejeição da tentativa de apoio por parte dos familiares, visto ser uma impossibilidade.

*“E eu vejo isso até nas conversas que tenho com os meus familiares, eles querem-me ajudar mas é impossível numa situação destas” (u.s.16).*

### *Mudanças no quotidiano/Transformações do ser-estar no mundo*

A experiência de rapto parental contribuiu para uma transformação significativa na vida quotidiana destes participantes. Esta mudança emerge como consequência desta experiência, sendo percecionada através das vivências ao nível pessoal, profissional e das relações, em última análise, no modo do sujeito estar e ser no mundo.

P1 manifesta uma tentativa de resiliência, uma tentativa de recuperar a normalidade no seu quotidiano, embora demonstre dificuldade na execução. Juntamente com o sofrimento manifestado demonstra uma transformação ao nível pessoal, na sua personalidade como consequência da experiência:

*“Olhe, cá ando... Tenho que fazer a minha vida normalmente embora me custe, mas pronto, faço a minha vida normal...isto mexeu muito comigo, na minha maneira de ser...” (u.s.6).*

Para P2, esta experiência proporcionou-lhe uma mudança ao nível da relação com o filho, no fortalecimento dos laços afetivos, além disso, representou uma mudança no seu estilo de vida, na própria vivência do eu:

*“Bem, esta experiência fez com que a vontade que eu já tinha de saber onde ele estava, que ele esteja comigo, que esteja em segurança, que esteja bem tratado e que cresça de forma equilibrada e saudável aumentasse... (silêncio). Esta experiência fez com que olhasse para a minha vida de forma diferente. Senti uma grande mudança em mim, no meu dia-a-dia. Comecei a valorizar muito mais o tempo que passo com o meu filho e o quão isso é importante” (u.s.10).*

P3 admite que todo este processo teve um efeito devastador sobre o seu nível económico e um impacto prejudicial na sua vida profissional, visto apresentar um grande desgaste emocional. P3 menciona que este momento de crise trouxe-lhe consequências a nível pessoal,

porém não consegue mencioná-las verbalmente. Ao nível das relações, existe uma perda de confiança nos outros:

*“Como deve calcular os custos disto foram terríveis, eu devo dizer que de grosso modo eu gastei cerca de 22 mil euros. Claro que o meu negócio ficou arruinado porque eu não conseguia acompanhar as coisas de perto no meu trabalho. Eu estive sem trabalhar durante 6 meses porque não conseguia, ninguém consegue trabalhar nestas circunstâncias, não é?!”* (u.s.14); *“Foi uma grande mudança na minha vida mas neste momento ainda estou a juntar os “cacos” para tentar perceber o que é que realmente mudou”* (u.s.18); *“E claro que neste momento estou muito mais céptico, não consigo confiar tanto nas pessoas, não consigo... Torna-se difícil acreditar da mesma forma”* (u.s.19).

Finalmente, em P4 existe uma tentativa e uma vontade de recomeçar e melhorar a sua qualidade de vida face à mudança sofrida no seu quotidiano, contudo é um processo de extrema dificuldade. Ao nível das relações, P4 demonstra ansiedade e irritabilidade na confrontação com os outros, sentindo-se desconfortável com o “novo eu”:

*“Estou a tentar recomeçar a minha vida de novo mas é muito difícil”* (u.s.12); *“As pessoas que estão ao pé de mim, eu fico muito nervoso, sinto-me pronto não é... não me sinto bem comigo próprio e então acabo por me chatear com pessoas que não têm culpa de nada. Fiquei uma pessoa totalmente diferente “* (u.s.15).

Tabela 1. Análise dos Constituintes Essenciais e das Variações Empíricas

Constituintes Essenciais	Variações Empíricas			
	P1	P2	P3	P4
Separação Conjugual	Existência de conflitos conjugais e divórcio.	Após o divórcio mantém uma relação formal com a ex-cônjuge.	Existência de uma intencionalidade de rapto após o divórcio.	Início da experiência associado aos conflitos conjugais que desencadearam na separação do casal.

Reação de Indignação e Revolta	Face ao cumprimento das responsabilidades parentais e à incompreensão do rapto.	Reação de surpresa face à ausência do filho na escola e sentimento de impotência e ira face à situação de rapto parental.	Imprevisibilidade da notícia do sequestro através de um familiar.	Acontecimento improvável, injusto e intolerável.
Sentimento de Incerteza e Preocupação	Receio pela morte da filha durante a sua ausência.	Face às chamadas telefónicas associadas ao paradeiro do filho.	Condições físicas e mentais do filho durante o seu desaparecimento.	A privação de contacto permanente.
Projeção da Culpa	Culpabiliza a ex-cônjuge de cometer um ato inconsciente e cruel.	A injustiça do ato cometido pela ex-mulher e a inoperacionalidade das autoridades competentes.	Intenção prévia de rapto e queixas-crime protagonizadas pela mãe do seu filho.	O rapto como sendo uma vingança pessoal cometida pela ex-cônjuge.
Autovitimização	Exclusividade da experiência, sentindo-se injustiçado.	Filho e pai são as vítimas ao longo do processo.	Acusações e queixas por parte da ex-mulher com o intuito de culpabilizá-lo.	A incompreensão e a incapacidade de justificação do rapto, visto cumprir com as suas responsabilidades parentais e ser uma vítima da sua ex-mulher.
Sentimentos de Perda, Angústia e Sofrimento Psicológico	A permanente privação de contacto e a manifestação de sentimento de perda face após o	Experiência traumática, angustiante e stressante na ausência de contacto com o	Processo sentido como dolorosa e penalizante. Ausência sentida como uma perda. Dificuldade na	Sentimento de perda relacionado com a ausência da filha e com a inexistência vontade de viver.

	desaparecimento da filha.	filho.	expressão verbal.	Depressão. Dificuldade na expressão verbal acompanhada de choro.
Suporte Emocional	Refúgio na vida profissional e nas suas amizades.	O não-apoio das autoridades competentes.	Recebe apoio social e presta o seu apoio, funcionando como um movimento de autoajuda.	Rejeição do apoio familiar.
Mudanças no quotidiano/ Transformações do ser-estar no mundo	Tentativa de recuperação da normalidade no quotidiano. Transformação pessoal.	Mudança ao nível da relação com o filho, de estilo de vida e na relação com o “eu”.	Impacto prejudicial na vida profissional, bem como alterações económicas e significativas. Surgimento de cepticismo nas relações.	Tentativa de resiliência. Desconforto com o “novo eu”. Aparecimento de irritabilidade e agressividade nas na relação com o outro.

## CAPÍTULO IV

### DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Pretende-se compreender e clarificar como a estrutura do significado comum a estas três subjetividades está intimamente relacionada com o que a literatura revela sobre esta experiência. No final deste subcapítulo apresenta-se uma ilustração gráfica através da Figura 1, com vista a auxiliar a clarificação da relação entre os constituintes essenciais da experiência de rapto parental.

Na parte final do capítulo, será destacada uma conclusão possível sobre o estudo, juntamente com a apresentação das limitações e potencialidades encontradas no estudo, sugerindo-se também propostas para investigações futuras.

#### *Diálogo com a Literatura*

O primeiro constituinte essencial (e.g., *separação conjugal*) encontra-se relacionado com o aparecimento da experiência estar associado a um contexto familiar disfuncional, envolvido em conflitos conjugais que culminam na separação do casal. Com isto, torna-se importante destacar que uma das principais situações invariantes na experiência destes participantes é o caso de eles de encontrarem divorciados da raptora, e, como tal, faz com que este constituinte essencial esteja em concordância com a literatura existente, visto que existe um elevado número de raptos parentais ocorrentes durante o período de separação e divórcio do casal, momento propício a um número elevado de conflitos conjugais (Chiancone & Girdner, 2000; Finkelhor *et. al*, 2001; Greif & Hegar, 1993). Também no caso dos raptos parentais internacionais verificou-se que estes ocorreram em famílias onde as crianças não viviam com ambos os progenitores, tais circunstâncias que poderão originar o rapto parental (Hammer, Finkelhor & Sedlak, 2002).

Esta rutura e as mudanças na família têm sido referenciadas como fatores potenciais nos processos de parentalidade que posteriormente conduzem a mudanças efetivas na adoção de estilos parentais menos apropriados, como é o caso do rapto parental (Simionato & Oliveira, 2003).

Se por um lado o primeiro constituinte essencial desta experiência relaciona-se com o momento anterior ao rapto parental, a presença do próximo constituinte essencial *reação de indignação e revolta* por parte do progenitor-vítima face ao ato cometido pela ex-cônjuge

desenvolve-se após a imprevisibilidade do rapto. Como tal, o momento exato em que ocorre a tomada de consciência de rapto parental é vivido de uma forma inesperada, tornando-a numa situação-limite que não foi propriamente desejada ou escolhida pelos sujeitos mas na qual eles acabam por embater sem contudo as poderem evitar ou negar.

É interessante observar que no caso do primeiro participante ao demonstrar indignação e surpresa no momento do confronto com o desaparecimento da filha, esta reação está associada, não só à imprevisibilidade do acontecimento como ao cumprimento das suas responsabilidades parentais, e portanto, ao seu papel parental, criando-lhe uma revolta maior. No fundo, este participante sente-se julgado socialmente como incapaz de prestar cuidados parentais à sua filha (Alvarenga & Villaherrera, 2004).

Segundo a literatura existente, as reações iniciais de uma perda abrupta e inesperada tais como choque, negação, impotência, são comuns e esperadas (Franco, 2002). Num estudo realizado por Henderson e Henderson (1997), os autores constaram que no caso das famílias de crianças vítimas de rapto parental, os sentimentos iniciais após o rapto foram de revolta, impotência e vergonha. De acordo com o estudo “*An Analysis of Infant Abductions*” (2003) os pais apresentaram uma reação de indignação no momento em que tiveram a certeza de que a criança estava desaparecida, oscilando entre sentimentos de medo intenso e desacreditação do sucedido. Também verificou-se, após a confirmação do desaparecimento, uma paralisação sentido pelos pais, não sendo capazes de aceitar que a ausência do filho se prolongue demasiado tempo, apresentando reações de choque, entorpecimento e negação. Ainda assim, de acordo com Alvarenga e Villaherrera (2004), quando é uma criança que desaparece, principalmente quando esta é muito jovem, os principais afetados são os pais e os irmãos.

Posto isto, este constituinte essencial ao estar associado a uma reação inicial por parte dos participantes face à situação de rapto parental apresenta-se parcialmente em concordância com os autores acima referidos, sendo uma reação normal perante este acontecimento.

Num terceiro momento da experiência destes participantes pode-se observar o terceiro constituinte essencial de significado: a manifestação de *sentimentos de incerteza e preocupação* em relação às condições físicas e mentais em que se encontra a criança, sendo que, após o rapto e durante o desaparecimento da criança, existe uma perda de contacto com a mesma, dando-se uma rutura da experiência afetiva entre pai-criança. Salienta-se o facto de que neste momento pós-rapto os pais confrontam-se com o desaparecimento real e concreto dos filhos e conseqüentemente com a ausência de contacto com os mesmos, o que na vivência significativa dos participantes representa uma dupla perda, a perda física da criança e a perda de contacto ou de informações/notícias sobre a criança.

Corroborando os resultados obtidos, segundo, o medo e a preocupação são sentimentos que estão relacionados às incertezas sobre a localização e ao estado de saúde dos seus filhos, mas, principalmente ao facto de que não sejam capazes de recuperá-los, traduzindo-se numa falha do papel parental. À medida que os dias vão passando, a incerteza transforma-se em medo, porque o raptor pode prejudicar a criança, até mesmo matá-la por vingança ao outro pai (Dalley, 2007).

O desaparecimento da criança enquanto vivência de uma perda representa para estes pais um momento desconcertante, estes vêm-se desorientados e paralisados, não sabem como reagir nesta situação. A incerteza impede estas pessoas de se adaptarem à ambiguidade da sua perda, visto que intercalam o desespero e a esperança sucessivamente. Num estudo protagonizado por Boss (2001) foi possível contactar que a falta de informação e a não-confirmação das condições em que se encontra a pessoa desaparecida são os fatores mais graves e de maior relevância para os familiares destas pessoas. Como tal, fatores como a ausência do corpo e a falta de informação são prejudiciais para a saúde física, psíquica e social dos envolvidos (Brannen & Podesta, 1990; Henderson & Henderson, 1997; Tubbs & Boss, 2000).

Sendo a experiência de rapto parental um processo dinâmico em que as emoções e os pensamentos misturam-se e as ações parecem estar bloqueadas, a revolta e a injustiça sentida pelos pais-vítimas no decorrer desta vivência são acompanhadas pela *projeção da culpa* na mãe da criança, a raptora, visto ser a única causadora deste ato incompreendido por parte do progenitor-vítima.

È importante referir que no caso de P2 existe uma particularidade: além de culpabilizar a ex-cônjuge também culpabiliza as autoridades intervenientes da sua inoperacionalidade neste tipo de situações. Dalley (2007) referencia que no caso destes pais, ao verbalizarem a sua experiência demonstram a sua frustração com as autoridades que não valorizaram a sua queixa e que não estavam preparados e bem informados sobre o processo de rapto parental.

Já no caso de P4, ao culpabilizar a sua ex-cônjuge do desaparecimento da filha também é percecionado por este como uma vingança pessoal. Neste contexto, esta vingança poderá estar relacionada com os motivos do próprio rapto. Chiancone (2001) averiguou que os raptos têm um desejo de culpar, punir ou pesar o outro progenitor, visto que podem perder a custódia legal do filho, diante de um papel parental diminuto.

Ao longo deste movimento de culpabilização, o sujeito coloca-se numa posição de *autovitimização* em relação à experiência vivida. Relativamente a estes dois constituintes

essenciais (eg., *projeção da culpa* e *autovitimização*), não se encontram referências bibliográficas específicas relacionadas com os mesmos. Esta lacuna na literatura provavelmente está intrinsecamente ligada ao fenómeno em si (rapto parental), visto que em primeiro lugar, observa-se uma ausência de estudos sobre o rapto parental e em segundo lugar, uma inexistência de investigações sobre a visão do progenitor-vítima na confrontação do fenómeno. Além disso, o próprio estudo recente e imaturo sobre o desaparecimento de pessoas na área das Ciências Humanas (Catela, 2001) poderá ser um outro fator importante na ausência de informações sobre o rapto parental.

No presente estudo, surgiram de forma predominante, nas quatro experiências, os *sentimentos de perda, angústia e sofrimento psicológico*, sendo estes integrados num novo constituinte essencial da experiência dos progenitores-vítimas de rapto parental. De facto os sentimentos mais predominantes que aparecem no estudo são característicos do humor depressivo, no entanto, embora não seja possível comprovar a existência de depressão, as narrativas da experiência não nos parecem disfuncionais, os indivíduos mantêm-ativos nas suas vidas, uns mais que os outros e tentam, com muita dificuldade, lidar com a situação.

Na literatura observa-se uma concordância com o constituinte essencial aqui representado, visto que o impacto emocional do rapto nos pais manifesta-se através da ansiedade, sentimentos de derrota, desespero e desamparo. Além disso, nas pesquisas efetuadas sobre este impacto, foram encontrados sentimentos de perda, prejuízos no padrão do sono, solidão, perda de apetite e depressão (Dalley, 2007). Concordantemente, segundo Greif e Hegar (1991), a maioria dos progenitores vítimas de rapto parental experimentaram sentimentos de perda, raiva e distúrbio do sono. Ainda assim, os pais das crianças raptadas apresentam um nível alto de distúrbio psicológico durante o período em que a criança estava desaparecida que posteriormente diminuiu no momento em que a criança foi recuperada.

Em última análise, este sentimento de perda, bem como o sofrimento e a angústia poderão estar relacionados com o facto de o desaparecimento físico e inexplicável da criança é visto como uma separação entre pai-criança, embora a ausência do ente querido seja real, não há confirmações definitivas sobre a perda – a vida ou a morte da criança não são comprovadas. Porém, a perda de um filho é um dos acontecimentos mais angustiantes que um adulto pode experimentar, sendo que, segundo a Psicanálise, não existe uma distinção entre desaparecimento real e simbólico, como tal, estendeu o termo *luto* a todas as experiências de separação. As reações que o indivíduo desenvolve após um luto ou uma separação dependem da gravidade real da perda sofrida. No caso do desaparecimento de um filho os acontecimentos luto são ainda mais traumáticos, visto que o sujeito é vítima sem que tenha

antes inconscientemente elaborado e aceitado a possibilidade de verificação da morte. Tendo em conta as diferenças relativas às circunstâncias do desaparecimento e da personalidade de quem é vítima de um luto ou um abandono, observam-se igualmente fases típicas no processo da elaboração de perda, cuja intensidade varia (Slepoj, 2006). Seguindo esta linha, Boss (2001) elaborou um trabalho com familiares enlutados de pessoas desaparecidas e averiguou que a tarefa é particularmente difícil e as reações de luto tendem a ser ainda mais intensas, nomeando assim um luto ambíguo.

No caso do estudo presente, a vulnerabilidade emocional apresentada pelos participantes não comprovou a existência deste luto ambíguo, provavelmente devido às características do processo de luto e pelas circunstâncias da própria aplicação das entrevistas.

Posteriormente, o *suporte emocional*, como penúltimo constituinte essencial, tem um papel principal na capacidade de resiliência dos participantes e na forma de apaziguamento da perda e do sofrimento manifestados após o desaparecimento da criança. Existe uma grande discrepância nos significados dos participantes relativamente ao suporte emocional. Como tal, para P1 o mecanismo de defesa que encontrou para recuperar desta vivência traumática foi através de práticas rotineiras, tendo um especial foco na rotina laboral e nas relações de amizade. Como tal, o suporte emocional para este participante apoia-se no trabalho e nas amizades.

Segundo a literatura, os pais de crianças desaparecidas sentem-se ignorados, pois apesar de apresentarem sentimentos como dor, culpa e confusão, existe pouca ajuda psicológica e emocional disponível (Lloyd & Zogg, 1997). São poucos os investigadores que têm informações sobre as estratégias para enfrentar o rapto. Spilman (2006) afirma que todos os pais experimentaram uma mudança emocional após o incidente e que o apoio dos amigos ajudou a apaziguar o efeito do evento sobre o bem-estar dos pais de crianças raptadas.

No caso de P2, não existe nenhuma evidência significativa de um suporte emocional, simplesmente este participante manifesta uma ausência de apoio por parte das autoridades competentes. Segundo Dalley (2007) o apoio policial é particularmente benéfico para os pais e que o apoio da família aumentou os níveis de ansiedade nos progenitores-vítimas. Contudo a ajuda jurídica não tem o mesmo significado em termos de apoio emocional comparativamente ao que a pessoa recebe dos amigos. Também Spilman (2007) demonstrou que o apoio social, principalmente o apoio dos amigos, é crucial para a diminuição dos níveis de stress dos pais e o apoio da família e dos advogados pode aumentar os níveis de angústia.

Já para P3, a procura ativa de entidades que possuem serviços de apoio psicológico é notória, tal que a integração deste participante num grupo de ajuda mútua, neste caso de pais

que se encontram na mesma situação, foi crucial na capacidade de resiliência deste participante, ultrapassando a maioria das suas dificuldades psicológicas. Segundo um estudo realizado por Greif e Hegar (1991), os pais das crianças raptadas ao experimentarem sentimentos negativos consequentes desta vivência, só 5º por cento do grupo procurou ajuda profissional para lidar com esta situação. Um quarto dos pais foi tratado da depressão, e o outro foi tratado da ansiedade e outros problemas inerentes.

Por fim, P4 apresenta uma rejeição do próprio suporte emocional proporcionado pelos familiares, assim nega o apoio dos mesmos, considerando ser impossível esta tentativa de ajuda. Esta diversidade de relatos por parte dos participantes leva a crer que o suporte emocional varia conforme as suas características psicossociais, incluindo os contextos em que estes se inserem.

Finalmente, no que se refere às *mudanças no quotidiano/transições do ser-estar no Mundo*, a experiência de rapto parental nestes pais contribuiu para uma transformação das rotinas diárias dos participantes, bem como mudanças significativas no modo de ser-estar no mundo, percecionadas na vida pessoal, profissional e relacional dos participantes, por outras palavras, esta experiência e a constelação dos seus respetivos constituintes, revelou influenciar significativamente a forma do indivíduo se relacionar consigo mesmo, com os outros, com o mundo e até mesmo com o seu projeto existencial.

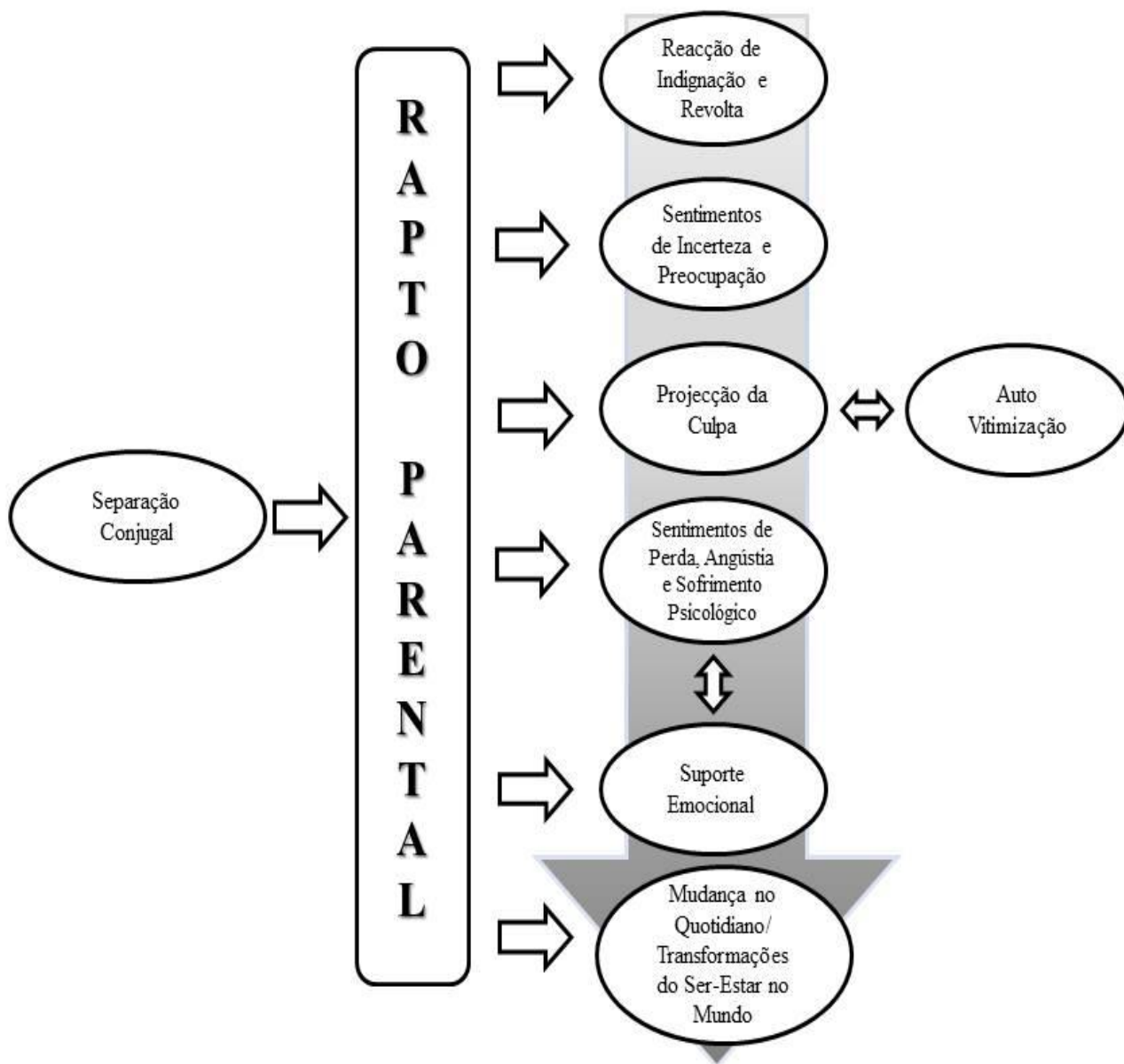
No caso de P1 e P4, as mudanças significativas acentuam-se ao nível pessoal, já para P3 e P4 estas transformações têm uma maior evidência a nível interpessoal, profissional e económico, contudo, a perda de um membro do núcleo familiar, independentemente de ser temporária ou definitiva, gere uma destruturação individual e grupal, assim, é necessário uma redistribuição de papéis dentro da família e o restabelecimento do equilíbrio, de forma que o sistema possa retornar um nível satisfatório de funcionamento (Caselatto, 2002).

Segundo o estudo "*Missing People: issues for the Australian Community* os pais além de apresentarem problemas físicos ou emocionais relacionados diretamente com o desaparecimento, também manifestam repercussões negativas nas suas atividades laborais, principalmente falta de concentração. Alterações significativas em atividades quotidianas, sono perturbado, refeições irregulares foram evidenciadas por 94% dos participantes. Nesta óptica, o rapto de uma criança pode ter um efeito devastador sobre o nível económico do progenitor-vítima, consequência da procura e recuperação da criança, que por sua vez pode aumentar os níveis de ansiedade do mesmo, devido à difícil procura da crianças e à manutenção dos compromissos de trabalho (Chiancone e Girdner, 2000).

Conclui-se que a experiência dos pais-vítimas de rapto parental afeta o significado dos padrões de vida, confronta-os com um futuro inesperado e desafia a sua forma de ser e de agir no mundo.

Em forma de síntese daquilo que foi dito anteriormente, a figura em baixo representada representa a relação dos vários constituintes essenciais da experiência de rapto parental.

Figura 1. Relação dos Constituintes Essenciais da Experiência de Rapto Parental



## *Conclusões*

O rapto de um filho é talvez aquilo que, para um pai, se assemelha a uma verdadeira descida e permanência no inferno. As horas, os dias, os minutos e os segundos são equiparáveis à eternidade. O sofrimento dificilmente se esbate com o passar do tempo. O desaparecimento proveniente do rapto de uma criança é uma tortura constante, um “não saber” demolidor que corrói a mente e o espírito dos pais.

A realidade dos pais de crianças vítimas de rapto parental é caracterizada pela sua heterogeneidade e complexidade, por força de diversos fatores, a qual só se explica com o recurso a uma resposta interdisciplinar. As respostas concretas sobre o rapto parental e o desaparecimento ainda são um projeto prematuro, evidenciado na falta de referências na literatura sobre o tema em questão.

O estudo fenomenológico da experiência subjetiva dos pais que vivenciaram o rapto parental demonstrou que a vivência do rapto é um processo complexo, que afeta várias dimensões da vida dos progenitores-vítimas (“the left-behind parents”). Assim, as dimensões contextuais, relacionais e pessoais, pré, durante e após rapto estão diretamente relacionadas com esta vivência. A experiência de rapto parental nestes progenitores desenvolve-se em três momentos significativos, a contemplação deste assunto e a sua construção de significado parece começar anteriormente ao fenómeno rapto parental.

Num primeiro momento, as separações conjugais ou divórcios dos principais intervenientes influenciam de certa forma a ocorrência de rapto, visto que para estes pais a separação conjugal é percebida como uma causa deste rapto.

No momento da tomada de consciência do rapto parental por parte dos pais-vítimas cria-se uma interligação entre a imprevisibilidade do acontecimento e as reações de indignação e revolta por parte dos mesmos. Posterior a esta reação inicial e durante a vivência do desaparecimento dos filhos, os progenitores manifestam sentimentos de incerteza e preocupação em relação às condições físicas e mentais da criança, sendo que, após o rapto e durante o desaparecimento, dá-se uma rutura da experiência afetiva parental.

A impotência destes pais face à situação de rapto parental e a injustiça e revolta vivenciadas após o rapto são conduzidas pela projeção da culpa na ex-cônjuge, bem como uma posição de autovitimização do progenitor-vítima. Além disso, parece despertar no pai com maior intensidade sentimentos de perda, angústia e sofrimento psicológico durante o desaparecimento da criança.

Sendo o desaparecimento um fenómeno complexo e traumático, este envolve uma série de sentimentos ambíguos, tais como a esperança/descrença, tristeza, culpa, raiva,

impotência e medo acentuados. Intimamente ligado aos sentimentos manifestados, o suporte emocional tem um papel fundamental na capacidade de resiliência destes pais e na forma de apaziguamento do sofrimento e da perda.

Após o rapto parental, é sentido pelos indivíduos uma necessidade de reorganização pessoal, da vivência do quotidiano com a ausência do outro, reorganização das relações com os outros, e de reorganização dos projetos futuros. Esta reorganização passa por mudanças internas e externas, que os indivíduos compreendem a um nível intelectual como necessárias, mas que emocionalmente são difíceis de efetuar, assim sendo, destaca-se a contribuição desta experiência para uma transformação das rotinas diárias, bem como mudanças significativas no modo de ser-estar no mundo destes pais. Posto isto, segundo os resultados encontrados existe uma grande dificuldade em lidar com a situação de rapto parental, por não ser esperada, por ser a perda de uma relação significativa, devido aos significados a ela atribuídos, e por implicar uma desorganização na vida do indivíduo, que tem agora de viver com a ausência do outro e com as mudanças que isso implica. Esta experiência é complicada de gerir e requer uma grande capacidade de resiliência por partes dos pais-vítimas.

É difícil imaginar um crime mais assustador na nossa sociedade do que o rapto de uma das nossas crianças. O forte impacto emocional deste tipo de crime na sociedade, as exigências colocadas nos investigadores, a par da pouca experiência e formação neste campo, são fatores que, por vezes influenciam o resultado final de uma investigação deste tipo. Porém, face à existência destas dificuldades observa-se um esforço para aumentar a eficiência investigatória na gestão e resolução destes casos (Amaral, 2011).

Em Portugal, o ideal era a existência de uma estrutura única e multidisciplinar com competência nacional para a investigação de desaparecimentos e raptos de crianças, constituída por investigadores experientes e com formação específica neste tipo de crimes, com um plano de resposta eficaz. Na falta dessa estrutura, de fácil e rápida implantação no local de um acontecimento desta natureza, torna-se necessário criar um grupo de investigação cujo cerne será um gabinete de gestão de crise, com poderes de coordenação, em redor do qual se agrupam diversos sectores de apoio, especialmente os de análise de informação, de acompanhamento à família da criança desaparecida.

### *Limitações do Estudo*

A investigação fenomenológica é orientada para a descoberta em vez de visar provar uma teoria ou hipótese e como toda a investigação qualitativa, que dependa de relatos de situações por parte dos participantes, é igualmente vulnerável. O método de investigação escolhido, se por um lado permite a análise da subjetividade da experiência, por outro, a par com o número de participantes, não permite a generalização ou universalização das conclusões, como tal, as considerações finais são a base para uma discussão acerca do fenómeno mas não são generalizáveis a todos os intervenientes da experiência de rapto parental. No entanto, relativamente à vivência do rapto parental, é importante adotar um olhar mais individual e subjetivo, no sentido em que a literatura sobre o tema predomina as generalizações, mesmo com pouca evidência empírica, que possuem uma enorme influência na prática clínica e nas crenças sociais

Uma outra limitação prende-se com a necessidade de os sujeitos terem de ter vivido situações diretamente relacionadas com o tema de investigação, de modo a poderem apresentar as suas descrições, e como previsto, é muito difícil realizar um estudo desta natureza, existe por parte dos pais de crianças raptadas uma relutância em participar porque desperta emoções adormecidas e lembra-os do rapto, sendo um momento muito doloroso e de grande vulnerabilidade nas suas vidas. Possivelmente, esta limitação poderá estar relacionada com o próprio conceito do papel do homem na sociedade. Os homens são menos autorizados socialmente a expressar sentimentos, sendo-lhes imputado o papel de lidar com as tarefas imediatas e práticas. Estes são educados e socializados para serem mais contidos emocionalmente e fisicamente periféricos nas questões emocionais da família.

No presente estudo, as entrevistas foram realizadas exclusivamente com pais de crianças vítimas de rapto parental, não sendo possível investigar esta experiência sob a perspetiva da mãe (figura materna).

As limitações em termos de experiência comprovada por parte do investigador deixa em aberto o facto de existir outras posturas por explorar, relativamente à forma como se processa a obtenção dos dados e até na sua interpretação. A questão do engano é mais problemática, no sentido em que o entrevistador pode ser induzido em erro durante um curto período de tempo, sobretudo em descrições breves como no caso do estudo presente. Esta restrição deve-se ao facto de o número dos participantes, bem como a duração das entrevistas não ser elevado.

Apesar do esforço na adoção de uma postura fenomenológica sobre a leitura, investigação e dialética dos resultados é impossível um só sujeito, independentemente do

método utilizado, aceder a todas as possibilidades de significado sobre um determinado fenómeno, ficando por isso, muitas outras por explorar.

Finalmente, o investigador acedeu verticalmente à reflexão dos participantes sobre a experiência de rapto parental, a construção dos significados e as mudanças para as suas existências que aparentemente resultaram dessa vivência, Fica por explorar a efetividade dessas mudanças no mundo do sujeito e em termos longitudinais.

### *Potencialidades e Propostas de Investigação*

Numa era repleta de meios de comunicação como a atual, os temas de desaparecimento de crianças e rapto parental ainda são desconhecidos e desprovidos de informação para a população-geral. Será necessário uma melhor compreensão do fenómeno e um aperfeiçoamento pedagógico da sociedade em geral para garantir uma resposta mais rápida e eficaz às vítimas afetadas pelo rapto parental, tal como os progenitores de crianças desaparecidas. Esta área precisa de mais atenção, visto existir uma falta de prevenção infantil e programas de intervenção. Ajudar os responsáveis prejudicados, neste caso os progenitores a recuperar dos efeitos da ocorrência de rapto parental seria um excelente caminho para um futuro trabalho prático nesta área. Na medida em que a psicoterapia implica um olhar para o outro na sua individualidade, assim termina-se com a reflexão de que o estar com a subjetividade do outro, poderá permitir um estar terapêutico, estar com-o-outro, na responsabilidade do verdadeiro encontro.

Uma das propostas de investigação seria aprofundar a exploração das vivências individuais, estender o estudo a uma população maior e compreender o que é realmente essencial e invariante na experiência. Um bom exemplo seria prolongar a análise a uma população do sexo feminino, tanto no caso de raptoras, um outro lado da questão, bem como mães-vítimas de rapto parental.

Este foi também um estudo exploratório e o primeiro desta natureza específica a ser realizado no país, e espera-se que deixe uma boa contribuição para investigações futuras na área do desaparecimento de crianças, especificamente no caso de rapto parental.

O método fenomenológico de Amadeo Giorgi revelou ser bastante eficiente na descrição de uma experiência subjetiva, demonstrando uma harmoniosa ligação entre os aspetos essenciais e as variâncias de um fenómeno. Adicionalmente existe também a possibilidade de prolongar o estudo em termos de análises mais profundas sobre as variâncias empíricas das experiências e os seus respetivos significados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alvarenga, G., & Villaherrera, R. (2004). Tejiendo nuestra identidad: intervención psicossocial em la problemática de la niñez desaparecida em El Salvador. El Salvador: Asociación Pro-Búsqueda.

Amaral, G. (2011). Vidas sem defesa – desaparecimento, rapto e abuso de crianças em Portugal. Lisboa: Planeta.

Balancho, L. (2004). Ser pai: Transformações intergeracionais na paternidade. *Análise Psicológica*, 22, (2), 377-386.

Brannen, T., & Podesta, J. (1990). A mother describes four months of anguish since her little girl vanished almost before her eyes. *People Weekly*, 14, (33), 133-136.

Boss, P. (2001). La perdida ambígua: cómo aprender a viver com un duelo no terminado. Barcelona: Gedisa.

Burgess, A.W., & Lanning, K.V. (Eds.). (2003). An analysis of infant abductions: Second Edition. Alexandria, VA: National Center for Missing and Exploited Children.

Casellato, G. (2002). Luto pela perda de um filho: a recuperação possível diante do pior tipo de perda. *Uma jornada sobre o luto: a morte e o luto sob diferentes olhares*. São Paulo: Livro Pleno.

Catela, L. (2001). No habrás flores em la tumba del passado: *la experiencia de reconstrucción del mundo de los familiares de desaparecidos*. La Plata: Ediciones Las Margens.

Chiancone J. (2001). Parental abductions: *a review of the literature*. U.S. Department of Justice, Office of Justice Programs, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention. N.D.

Chiancone, J., and Girdner, L. (2000). *Issues in Resolving Cases of International Child Abduction*. Final Report to the Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention. Washington, DC: American Bar Association Center on Children and the Law.

Coltro, A. (2000). A fenomenologia: Um enfoque metodológico para além da modernidade. *Caderno de Pesquisas em Administração*, 1, (11).

Creswell, J. (2007). *Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches*. London: Sage Publications.

Dalley, M. (2007). *The left-behind parents' view of the parental abduction Experience: Its characteristics and effect on the canadian victims*. Ottawa: Royal Canadian Mounted Police.

Dias, M. (2006). *Manual de Direito das Famílias*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Diretório Europeu para as Crianças Desaparecidas e Exploradas Sexualmente. (2001). Consultado a 10 de Julho de 2012 através de <http://www.soscricao.pt>.

Donalek, J, G. (2004). Demystifying nursing research: phenomenology as a qualitative research method. *Urologic nursing*, 24, (6).

Ferreira, T. (2002). *Em defesa da criança – teoria e prática psicanalítica na infância*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Finkelhor, D., & Hashima, P. (2001). The victimization of children and youth: A comprehensive overview. In S. O. White /Ed.), *Law and social science perspectives on youth and justice*, 49-78. New York. Plenum Press.

Franco, M. (2002). Uma mudança no paradigma sobre o enfoque da morte e do luto na contemporaneidade. *Estudos avançados sobre o luto*. São Paulo: Livro Pleno.

Giorgi, A. (2000). *Phenomenology & Psychological Research*. USA.

Giorgi, A & Giorgi, B. (2003). The descriptive phenomenological psychological method. In P. M. Comic, J E. Rodhes & L., Kordley (Eds.), *Qualitative Research in Psychology: Expanding Perspectives in Metodology & Design*, 243-271. Washington D.C: APA.

Giorgi & Sousa. (2010). *Método Fenomenológico de Investigação em Psicologia*. Lisboa: Fim de Século.

Gosch, N., & Tamarkin, C. An anguished mother refuses to give up hope for the son who vanished six years ago. *People Weekly*, 15, (30), 103-104.

Groenewald, T. (2004). A phenomenological research design illustrated. *Internacional Journal of Qualitative Methods*, 3, (1).

Hackney, G. R. & Ribordy, S. C. (1980). An empirical investigation of emotional reactions to divorce. *Journal of Clinical Psychology*, 36, (1).

Hammer, H., Finkelhor, D., & Sedlak, A. J. (2002). Children abducted by family members: National estimates and characteristics. *NISMART Bulletin* [National Incidence of Studies of Missing, Abducted, Runaway, and Thrownaway Children; U.S. Department of Justice, Office of Justice Programs, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention].

Hatcher, C., & Barton, C., & Brooks, L. (1992). *Families of missing children, final report*. Washington, DC: U.S. Department of Justice, Office of Justice Programs, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.

Hegar, R., & Grief, G. (1991). Abduction of children by parents: *A survey of the problem*. *Social Work*, 36, 421-427.

Henderson, M., & Henderson, P. (1997). *Missing people: issues for the Australian Community*. Canberra: National Missing Persons Unit and the Australian Bureau of Criminal Intelligence.

Kordon, D., & Edelman, L. (1987). *Efectos psicológicos de la represión política*. Buenos Aires: Subamericana Planta.

Lloyd, G., & Zogg, C. (1997). *Missing children: The Parental loss of a child*. New York: Owl Book.

Maracek, J. (2003). Dancing through minefields: toward a qualitative stance in psychology. In P.M. Camic, J.E. Rhodes & L. Yardley (Eds.), *Qualitative Research in Psychology: Expanding Perspectives in Methodology and Design*. (pp.49-69) Washington, D.C. American Psychological Association.

McLeod, J. (2001). The phenomenological approach. *Qualitative Research in Counselling and Psychotherapy*, 3, 33-54. London: Sage Publications.

Oliveira, S. R. (2008). *Onde está você agora além de aqui, dentro de mim? - O luto das mães de crianças desaparecidas*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, Rio de Janeiro.

Otão, S. (2010). Raptos Parentais triplicaram em 2009. *Jornal de Notícias*, 1-2.

Petrini, J. C., & Alcântara, M., & Moreira, L. (2009). Família na contemporaneidade: uma análise conceitual. *Família, população, sexo e poder: entre saberes e polémicas*, 257 – 274.

Plass, P., & Finkelhor, D., & Hotaling, G. (1997). Risk factors for family abduction: Demographic and family interaction characteristics. *Journal of Family Violence*, 12, 333-348.

Relatório Anual Estatístico do SOS-Criança (2010). Consultado a 15 de Julho de 2012. Através de [http:// www.soscrianca.pt](http://www.soscrianca.pt).

Riches, G., & Dawson, P. (1996). Communities of feeling: the culture of the bereaved. *Mortality*, 2, (1), 143-160.

Salgueiro, E. (1999). “A criança e o seu futuro, a criança e os seus riscos”, in *Stress e Violência na Criança e no Jovem*. Lisboa: Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

Simionato M., & Oliveira, R. (2003). Funções e transformações da família ao longo da história, in *I Encontro Paranaense de Psicopedagogia*. Brasil: Maringá.

Spilman, S. (2006). Child Abduction, Parents' Distress, and Social Support. *Violence and Victims*, 21, 21,149-162.

Slepoj, V. (2000). *As relações de Família*. Lisboa: Editorial Presença.

Teixeira, S. (2009). A Função Social da Família. Consultado a 21 de Fevereiro de 2012 através de <http://www.lfg.com.br>.

Tubbs, C., & Boss, P. (2000). An essay for practitioners: dealing with ambiguous loss. *Family Relations: Interdisciplinary Journal of Applied Family Studies*, 3, (49), 285-286.

Vitorello, M. (2011). Família contemporânea e as funções parentais: há nela um ato amor? *Psicologia. Educacional*, pp. 7-24.

## ANEXOS

## ANEXO A

### Transcrição das Entrevistas

#### *Participante 1*

**Investigador (I):** Por favor, descreva detalhadamente, o quanto possível, a sua experiência de rapto parental?

**Participante 1 (P1):** Bem, esta história começa com os desentendimentos frequentes entre mim e a mãe da minha filha. Nós discutíamos muito e, portanto, separámo-nos e depois divorciámo-nos. Depois ela decidiu levar a nossa filha com ela e como não concordei com esta decisão, fomos para Tribunal. Na primeira conferência, ela perguntou à juíza se podia sair de casa com a filha e a juíza disse que não podia fazer isso sem eu aceitar. Quando acabou a conferência, ela disse-me: “Então, vou roubar a minha filha!”; Ao qual eu respondi que ela não podia fazer isso! E depois disse-lhe: “Quando é que vou ver a minha filha? Nunca?! Não. Fazemos assim, então quando quiseres estar com a miúda vais lá a casa e passas o fim-de-semana com ela”. Entretanto, na segunda conferência, a juíza decidiu que era fim-de-semana um, fim-de-semana a outro, as férias eram partilhadas de quinze em quinze dias, pronto, era assim, tipo metade, metade. Só que depois disto ela desapareceu. Quando fui lá a casa para ir buscar a minha filha no fim-de-semana, não tava lá ninguém e entretanto falei com a senhoria e disse-me que já não tava lá ninguém. E pronto, saiu e nunca mais tive contacto com ninguém. Não vejo a minha filha há quase um ano, não tenho notícias, ninguém me diz nada. Claro que isto foi uma situação inesperada porque eu levava uma vida normal com a miúda, nunca bati à minha filha, brincava com ela... Claro que se tivesse a contar com isto tinha-me posto mais a pau. **I:** E desde então, como tem vivenciado esta experiência? **P1:** Olhe, cá ando... Olhe, sou uma pessoa normal, tenho que fazer a minha vida normalmente, embora me custe, mas pronto, faço a minha vida normal... isto mexeu muito comigo, na minha maneira de ser... Se não fosse o trabalho... nem sei! Tento-me refugiar no trabalho senão dou em doido! Pronto é isso. **I:** Estou a ver. Pode explicar melhor acerca desse seu refúgio? **P1:** Senão me agarro ao trabalho e aos amigos, agarro-me a quê? (silêncio). O tempo assim até parece mais curto e é da maneira que não estou sempre a pensar no mesmo. A pior coisa do mundo é não saber onde e como está a minha filha. Sei lá eu se está viva ou morta?! É uma incerteza constante. Ninguém sabe o que é estar nesta situação, passar por tudo isto. Só eu é

que sei o que isto é... Um tormento... (silêncio). **I:** Estou a ver. Pode explicar melhor acerca desse tormento? **P1:** A dor é muita por não ter notícias da minha filha. É um pesadelo porque é uma grande perda na minha vida, ela é a minha menina! Mas pronto, assim me vou aguentando... Olhe, tenho que me aguentar, aguentar à “bronca” como a maioria dos portugueses. Mas pronto com a ajuda dos amigos e não sei que mais tive que superar e pronto vou esperando, é aguardar... Nem consigo explicar como estou... Esta situação é muito complicada, muito injusta. Ninguém merece isto. Fui apanhado na teia da aranha, como costume dizer. Ela não tinha o direito de fazer isto. Aquela mulher não sabe o mal que está a fazer. É uma crueldade!

### *Participante 2*

**Investigador (I):** Por favor, descreva detalhadamente, o quanto possível, a sua experiência de rapto parental?

**Participante 2 (P2):** Bem, o desaparecimento do meu filho aconteceu em meados de Dezembro do ano passado e estive seis meses privado de qualquer contacto com o menino. Portanto, numa das alturas em que eu fui buscá-lo para passar uns dias comigo, houve uma tentativa de agressão e uma tentativa de rapto num Domingo. Eu estava na paragem de um transporte público, estava com ele, estávamos a conversar e a brincar como é costume e apareceu um individuo por trás, o companheiro da mãe dele que me tentou agredir e tirar-me o menino, de maneira que reagi e houve ali umas pessoas que aperceberam-se do que se estava a passar... Neste entretanto, o individuo fugiu, ia a passar uma patrulha da PSP na altura e, portanto, tomar conta da ocorrência... Ah! Importante referir que há bastante tempo que estava separado da mãe do meu filho mas continuava a manter o mínimo de contacto com ela, visto que depois do divórcio conseguimos de forma pacífica chegar a um consenso sobre a guarda dele. Mas voltando atrás, eu ao abrigo do princípio da ação direta, que está aliás no código civil, comuniquei ao tribunal esta situação, fiz uma queixa-crime e pedi que fossem tomadas medidas para proteger o menino. Além disso, é preciso referir que tanto eu como o meu filho fomos autênticas vítimas no meio disto tudo. Não obtive resposta a esse meu pedido, portanto mantive o menino comigo durante algum tempo à espera de uma resposta do tribunal, à espera de uma resposta das autoridades relativamente à situação anterior. Posteriormente a toda esta situação, num dia em que fui buscar o menino à escola, como era habitual, fui surpreendido com a ausência do meu filho. Fiquei completamente atordoado e

revoltado com esta situação. Além de que senti uma grande raiva por ela me ter feito isto. Como é que ela conseguiu cometer este ato horrível? Ela não tinha o direito de fazer isto! A partir desse momento deixei de ter contacto com o menino. **I:** Pode contar-me como vivenciou o desaparecimento do seu filho? **P2:** Foi angustiante e stressante por não saber onde o meu filho estava ao longo deste tempo, de nunca mais o ver, foi bastante traumatizante e desgastante. Foi muito traumático. E portanto, cada vez que o telefone tocava e que eu não conhecia o número que me estava a ligar e eu ficava... (suspiro profundo). “Onde está o meu filho? Será que o meu filho está bem ou mal? Se está morto ou vivo?! Uma angústia e um *stress* muito grande. Foi muito traumático. **I:** Pode descrever-me o significado desta experiência para si? **P2:** Bem, esta experiência fez com que a vontade que eu já tinha de saber onde ele estava, que ele esteja comigo, que esteja em segurança, que esteja bem tratado e que cresça de forma equilibrado e saudável aumentasse... (silêncio). Esta experiência fez com que olhasse para a minha vida de forma diferente. Senti uma grande mudança em mim, no meu dia-a-dia. Comecei a valorizar muito mais o tempo que passo com o meu filho e o quão isso é importante. E não quero voltar a passar por esta situação porque se isto voltar a acontecer eu nem sei como é que vou reagir... Até pela própria inoperacionalidade das autoridades que pouco ou nada fazem para resolver estas situações quando elas são sinalizadas, como por exemplo os tribunais e o Ministério Público que nada fazem. Ao não sentir qualquer tipo de apoio por parte dos responsáveis intervenientes, perderam, para mim, toda a sua credibilidade.

### *Participante 3*

**Investigador (I):** Por favor, descreva detalhadamente, o quanto possível, a sua experiência de rapto parental?

**Participante 3 (P3):** O meu filho desapareceu no dia 31 de Dezembro, portanto ele tinha estado de férias comigo, entreguei-o na casa da avó materna no dia 25 de Dezembro como combinado e a partir daí não tive mais contacto, deixaram de atender o telefone e no dia 31 de Dezembro a avó ligou-me a dizer que o miúdo tinha desaparecido, que a mãe tinha saído com o menino. Até pensei, isto é daquelas coisas que pronto, a gente pensa sempre que é daquelas coisas olha, mais uma situação chata... olha, ficou chateada mas não dei muita importância. Passados dois dias tomei conhecimento através da avó que a mãe não aparecia, pensava ela que estaria noutra país e foi aí que percebi que era uma situação de sequestro, apesar de não estar à espera disto. Depois dei conhecimento através da linha SOS-Criança e às autoridades

competentes e portanto fiquei a aguardar desenvolvimentos. Entretanto, fui preparando matéria porque o menino é norte-americano e aí pensei que a mãe tivesse viajado com ele para os Estados Unidos, o que foi a sua intenção desde sempre. Pronto, ela forçou que o meu filho nascesse lá, provavelmente para que fosse mais fácil levá-lo, sem sequer pensar nas consequências. A mãe saiu de casa quando o menino tinha 13 meses de idade e já quando estávamos divorciados, ela sempre ameaçou ir para a América com o menino. Mas portanto, demorei algum tempo a tentar localizar, a tentar indicar uma posição porque entretanto eu pensava que ele estava na América mas ele não estava e entretanto comecei a aperceber-me que havia movimentos bancários na conta onde eu depositava a pensão de alimentos e havia movimentos com essa conta em Inglaterra. Com base nesses dados, informei a autoridade central. E portanto, não fiquei parado à espera do aparecimento dele, tive de contactar algumas autoridades e algumas pessoas e foi a partir daí que o processo evoluiu na Inglaterra e a 18 de Maio o meu filho foi encontrado. Durante este tempo de espera fiz uma página no *Facebook* para o meu filho, fez-se um vídeo que foi divulgado no *Youtube*, fez-se vários apelos internacionais, mas devo dizer-lhe que era uma constante preocupação. Apesar de tudo era uma grande incerteza sobre as condições em que o meu filho se encontrava. (silêncio). Devo dizer que a mãe entretanto preparou tudo isto com muita antecedência porque “ a senhora protagonista” ciclicamente, ia fazendo queixas na polícia contra mim. Uma série de queixas que ficaram arquivadas porque não eram fundamentadas, portanto desde 2008 que de 6 em 6 meses ela apresentava uma queixa contra mim. Portanto, ela usou isso para que o meu filho não voltasse a estar comigo porque havia o perigo eminente de o pai lhe fazer mal, o que é uma ideia completamente disparatada, visto ser o contrário. Devo dizer que o meu filho foi violentamente mal tratado pela mãe, é um menino que estava diagnosticado desde os 3 anos e tinha necessidades educativas especiais porque lhe foi barrado inúmeras coisas. Tudo isto foi um processo muito doloroso e com base nisto tudo... ai (suspiro). Peço desculpa mas isto é demasiado... é... isto é terrível. Como deve calcular os custos disto foram terríveis, eu devo dizer que de grosso modo eu gastei cerca de 22 mil euros (assopra). Claro que o meu negócio ficou arruinado, porque eu não conseguia acompanhar as coisas de perto no meu trabalho. Eu estive sem trabalhar durante 6 meses porque não conseguia, ninguém consegue nestas circunstâncias, não é?! Devo dizer que fiquei muito revoltado com tudo isto. Como é possível isto acontecer? (silêncio). Mas, enquanto esperei pelo meu filho também fui participando e ajudando outros pais porque nós pensamos sempre que estas coisas não nos acontecem, que estas coisas não existem, mas há muitos casos de crianças que estão sequestradas e não estão sequestradas por vezes noutros países, estão às vezes na rua de trás, no andar ao lado. Mas

portanto, tive o apoio da Ordem dos Psicólogos que foram muito importantes, o apoio nos Serviços do SOS-Criança, a ajuda da Associação de Apoio Parental e dos Direitos dos Filhos e, como disse, participei num grupo de ajuda mútua. Para mim, foi muito importante ajudar outros pais na mesma situação, isso fez com que conseguisse lidar melhor com os meus problemas. E digo-lhe que foi uma experiência muito penalizante, foi uma coisa terrível... uma grande perda para mim. Foi uma grande mudança na minha vida mas neste momento ainda estou a juntar os “cacos” para tentar perceber o que é que realmente mudou. E claro que neste momento estou muito mais céptico, não consigo confiar tanto nas pessoas, não consigo... Torna-se difícil acreditar da mesma forma. Mas sentir que os serviços sociais tinham uma resposta foi muito bom e só tenho que agradecer às pessoas que estiveram ao meu lado e que me ajudaram ao longo deste processo (discurso emocionado). Peço desculpa por não conseguir falar muito bem sobre este assunto porque me causa uma grande emoção porque isto ainda está à flor da pele e é difícil... A vida continua mas é muito difícil...

#### *Participante 4*

**Investigador (I):** Por favor, descreva detalhadamente, o quanto possível, a sua experiência de rapto parental?

**Participante 4 (P4):** Ela levou a menina para o Brasil sem autorização e abriu vários processos-crime contra mim... Isto é um caso complicado porque não só levou a menina como incriminou-me de uma coisa que não fiz, é isso que me dói mais. Foi uma coisa sem sentido, sem explicação. Se eu sonhasse sequer que isto ia acontecer... Mas de uma coisa é certa, se isto não tivesse acontecido, hoje não estava como estou e não tinha arruinado a minha vida! Bem, mas isto tudo começa quando a mãe da minha filha ainda estava a viver comigo. Nós discutíamos muito e ela ia apresentar queixas na polícia que eu fazia aquilo e mais isto e que eu tinha uma arma em casa. No dia 16 de Fevereiro liga-me a dizer que não ia mais para casa, nem ela nem a filha. Depois tentei descobrir onde ela estava, fui à polícia e tentei trazer a menina comigo e a menina ainda nessa noite ficou comigo. No dia seguinte fomos ao tribunal para fazer a reclamação do poder paternal mas não se fez porque ela não deu a morada. Ela ficou com a menina e passado três dias, sem eu saber de nada, ela aparece aqui em casa à tarde com quatro polícias a dizer que eu queria matar a menina e desde aí nunca mais vi a minha filha. Ela fugiu com a menina. Mas eu consegui descobrir onde ela estava através de umas cartas do banco que enviaram para a morada dela em Portugal e foi aí

que descobri que ela andava a fazer transferências bancárias para a conta da prima dela no Brasil. Claro que percebi que ela já lá tava no Brasil com a menina. Não vejo a minha filha desde Fevereiro, faz agora quatro meses que não estou com ela, nem falo com ela e não sei quando é que vou vê-la. Só espero que esteja bem, mas não sei... Só de pensar que ela pode estar mal... (silêncio). **I:** Será que me pode descrever a sua vivência durante este período de desaparecimento da sua filha? **P4:** (Silêncio demorado) é uma grande perda, um sofrimento que não se consegue calcular... (emocionado e outro silêncio demorado). Se eu fosse um bocadinho mais fraco já cá não estava não... é isso que eu tenho a dizer... não há direito de fazer isto. Entro em casa... Perdi a vontade de viver, perdi a vontade de tudo. Estou a tentar recomeçar a minha vida de novo mas é muito difícil. É muito complicada toda esta situação (suspiro e silêncio profundo). Entrei em depressão tão grande que só de falar disto dá-me vontade de chorar. É uma situação que não tem lógica e o mais grave é que agora não posso fazer nada, estou de “mãos atadas” é isso que me deixa mais revoltado. As pessoas que estão ao pé de mim, eu fico muito nervoso, sinto-me pronto não é... não me sinto bem comigo próprio e então acabo por me chatear com pessoas que não têm culpa de nada. Fiquei uma pessoa totalmente diferente. E eu vejo isso até nas conversas que tenho com os meus familiares, eles querem-me ajudar mas é impossível numa situação destas. É uma grande injustiça. Eu não vejo lógica nisto. Nenhuma mãe que ame o seu filho faz isto, que não deixe o filho ver o seu pai. Como é que uma mãe faz isto a uma filha?! Roubou-me tudo não é?! (emocionado). As nossas desavenças pessoais ficam no tribunal, ela não tem que meter a menina no meio das nossas coisas. Porque é que ela usa a menina como vingança pessoal? Porque isto só pode ser uma vingança pessoal, só porque eu não quis ir para o Brasil?! Ela dizia que estava farta de estar em Portugal e queria que eu também fosse com ela para o Brasil, mas eu para o Brasil não vou, o meu trabalho é aqui e tenho mais dois filhos e depois ela começou a premeditar em levar a menina para o Brasil e foi o que ela fez... não tem lógica nenhuma ela ter feito isto. Porque eu sou sincero, se ela acusasse com razão tudo bem, agora ela levou a menina para protegê-la de mim?! Porque lhe podia fazer alguma coisa de mal à menina?! Agora qual é o direito desta mulher dizer à filha que o pai é mau? Eu é que fui uma vítima nas mãos dela. Não consigo entender mesmo. O porquê... Porquê isto? Qual é a raiva que uma pessoa tem de um ser humano e não só isso, é a família dela, podia dizer a ela que a menina não tem culpa das nossas desavenças, que a menina também é minha filha, a menina tem o direito de ver o pai. Uma pessoa que leva uma criança assim não está a pensar na criança, não gosta da criança, está só a pensar nela e não na criança.

## ANEXO B

### Transformação das Unidades de Significado em Expressões de Carácter Psicológico

#### Participante 1

<i>Unidades de Significado</i>	<i>Transformação das Unidades de Significado em Expressões de Carácter Psicológico</i>	
<p>1. <b>Investigador (I):</b> Por favor, descreva detalhadamente, o quanto possível, a sua experiência de rapto parental?</p> <p><b>Participante 1 (P1):</b> Bem, esta história começa com os desentendimentos frequentes entre mim e a mãe da minha filha. Nós discutíamos muito e, portanto, separámo-nos e depois divorciámo-nos.</p>	<p>1. Em resposta à pergunta do investigador, o Participante 1 (P1) inicia o seu discurso ao explicar que esta experiência surge devido aos vários conflitos conjugais, sendo este o motivo do divórcio do casal.</p>	<p>1-3. Num primeiro momento, P1 associa a experiência de rapto parental aos conflitos conjugais e, conseqüentemente, ao divórcio.</p>
<p>2. Depois, ela decidiu levar a nossa filha com ela e como não concordei com esta decisão, fomos para Tribunal.</p>	<p>2. P1 revela discordância quanto à atitude da sua ex-cônjuge e, conseqüentemente, na tentativa de evitar uma ação indesejada por parte da mesma, P1 encontra uma solução através das autoridades competentes – o Tribunal.</p>	
<p>3. Na primeira conferência, ela perguntou à juíza se podia sair de casa com a filha e a juíza disse que não podia fazer isso sem eu aceitar. Quando acabou a conferência, ela disse-me: “Então, vou roubar a minha filha!”; Ao qual eu respondi que ela não podia fazer isso! E depois disse-lhe: “Quando é que vou ver a minha filha? Nunca?! Não. Fazemos assim, então quando quiseres estar com a miúda vais lá a casa e passas o fim-de-semana com ela”. Entretanto, na segunda conferência, a juíza decidiu que era fim-de-semana um, fim-de-</p>	<p>3. Posteriormente à primeira conferência jurídica e à ameaça intencional de rapto por parte da mãe da sua filha, P1 tenta abolir esta intenção através de uma solução benéfica para ambos. Na segunda conferência, o problema é resolvido através da decisão jurídica final, onde ambos partilham a custódia da filha.</p>	

<p>semana a outro, as férias eram partilhadas de quinze em quinze dias, pronto, era assim, tipo metade, metade.</p>		
<p>4. Só que depois disto ela desapareceu. Quando fui lá a casa para ir buscar a minha filha no fim-de-semana, não tava lá ninguém e entretanto falei com a senhoria e disse-me que já não tava lá ninguém. E pronto, saiu e nunca mais tive contacto com ninguém. Não vejo a minha filha há quase um ano, não tenho notícias, ninguém me diz nada.</p>	<p>4. P1 cumpre com a decisão jurídica e no momento do encontro com a filha na casa da sua ex-cônjuge, P1 confronta-se com o desaparecimento de ambas. P1 permanece sem qualquer tipo de contacto e/ou informações sobre a sua filha.</p>	<p>4. P1 confronta-se com a situação de rapto parental. Durante o período de desaparecimento da sua filha, P1 permanece privado de qualquer contacto com a mesma.</p>
<p>5. Claro que isto foi uma situação inesperada porque eu levava uma vida normal com a miúda, nunca bati à minha filha, brincava com ela... E como é que isto veio a acontecer? Não percebo porquê, é uma coisa sem explicação que me deixa... Olhe, com os nervos à flor da pele!” Claro que se tivesse a contar com isto tinha-me posto mais a pau.</p>	<p>5. P1 demonstra indignação e surpresa perante a situação de rapto parental, uma vez que alega ter cumprido com as suas responsabilidades parentais. Face à imprevisibilidade sentida por P1, o mesmo refere que, se a situação fosse previsível tomaria outras medidas com o intuito de evitar o desaparecimento da sua filha.</p>	<p>5. Para P1, o rapto parental foi vivido como um acontecimento imprevisível, tal que P1 demonstra indignação e estranheza face ao mesmo.</p>
<p>6. I: E, desde então, como tem vivenciado esta experiência? P1: Olhe, cá ando... Tenho que fazer a minha vida normalmente embora me custe, mas pronto, faço a minha vida normal...isto mexeu muito comigo, na minha maneira de ser.</p>	<p>6. P1 descreve-se como uma pessoa normal e que vive normalmente face à situação de rapto parental, embora com alguma dificuldade. Este sentiu alterações na sua maneira de ser e estar, sofrendo assim alterações a nível pessoal</p>	<p>6-7. P1 procura lidar com o desaparecimento da sua filha seguindo um padrão de normalidade no seu quotidiano, contudo, evidencia dificuldade em cumprir este mesmo padrão. Para colmatar o sofrimento causado por esta experiência e para atenuar os seus pensamentos obsessivos, P1 refugia-se na sua vida profissional e, ao nível do suporte emocional, apoia-se nas suas amigas íntimas.</p>
<p>7. Se não fosse o meu trabalho... nem sei! Tento-me refugiar no trabalho senão dou em doido! Pronto é isso. I: Estou a ver. Pode explicar melhor acerca desse seu refúgio? P1: Senão me agarro ao trabalho e aos amigos, agarro-me a quê? (silêncio). O tempo assim</p>	<p>7. Na tentativa de atenuar o sofrimento causado pela experiência de rapto parental, P1 recorre a práticas rotineiras, refugiando-se, principalmente, na sua vida profissional e nas suas amigas. P1 assume esta conduta como a única alternativa, uma vez que</p>	

<p>até parece mais curto e é da maneira que não estou sempre a pensar no mesmo.</p>	<p>preenche o sofrimento sentido e minimiza os pensamentos repetitivos e prejudiciais consequentes da atual fase da sua vida.</p>	
<p>8. A pior coisa do mundo é não saber onde e como está a minha filha. Sei lá eu se está viva ou morta?! É uma incerteza constante.</p>	<p>8. P1 refere que, no atual momento, vivencia sentimentos constantes de incerteza e de preocupação face à condição física da filha.</p>	<p>8-10. A incerteza e a preocupação constantes predominam na vivência de P1 face ao estado da filha. Para P1, a exclusividade desta experiência culmina numa incompreensão por parte de outros. Esta situação gera em P1 uma condição repleta de angústia e um sentimento de perda por não saber o paradeiro da filha.</p>
<p>9. Ninguém sabe o que é estar nesta situação, passar por tudo isto. Só eu sei o que isto é...</p>	<p>9. P1 sente-se exclusivo desta vivência psicológica.</p>	
<p>10. Um tormento... (silêncio). I: Estou a ver. Pode explicar melhor acerca desse tormento? P1:A dor é muita por não ter notícias da minha filha. É um pesadelo porque é uma grande perda na minha vida, ela é a minha menina!</p>	<p>10. P1 apresenta de forma nítida sofrimento e angústia causados por esta situação. Em resposta ao Investigador, P1 compara esta vivência a um pesadelo por ser uma grande perda na sua vida.</p>	

<p>11. Mas pronto, assim me vou aguentando... Olhe, tenho que me aguentar, aguentar “à bronca” como a maioria dos portugueses. Mas pronto com a ajuda dos amigos tive que superar e pronto vou esperando, é aguardar...</p>	<p>11. Em resposta ao sentimento de impotência, P1 revela uma certa acomodação, visto que a única solução é aguardar por novos desenvolvimentos. P1 equipara-se à maioria dos portugueses de modo a atenuar o seu sofrimento. P1 revela, novamente, o apoio dos amigos e quão são importantes para superar as circunstâncias atuais.</p>	<p>11. P1 demonstra impotência para atuar nestas circunstâncias, como tal, acomoda-se à situação, fazendo uma comparação com os seus conterrâneos.</p>
<p>12. Nem consigo explicar como estou... Esta situação é muito complicada, muito injusta. Ninguém merece isto. Fui apanhado na teia da aranha, como costume dizer.</p>	<p>12. P1 demonstra não conseguir verbalizar o seu estado psicológico. Esta situação é vivida como sendo complicada, injusta e angustiante. P1 não se sente merecedor de tal situação.</p>	<p>12-13. A vulnerabilidade emocional de P1 bloqueia a sua comunicação. P1 sente-se injustiçado e como tal, projeta a culpa e a revolta sentida na ex-cônjuge, num discurso de autovitimização.</p>
<p>13. Ela não tinha o direito de fazer isto. Aquela mulher não sabe o mal que está a fazer. É uma crueldade!</p>	<p>13. P1 culpabiliza a sua ex-mulher de estar a cometer uma crueldade.</p>	

## Participante 2

<i>Unidades de Significado</i>	<i>Transformação das Unidades de Significado em Expressões de Carácter Psicológico</i>	
<p>1. <b>Investigador (I):</b> Por favor, descreva detalhadamente, o quanto possível, a sua experiência de rapto parental?</p> <p><b>Participante 2 (P2):</b> Bem, o desaparecimento do meu filho aconteceu em meados de Dezembro do ano passado e estive seis meses privado de qualquer contacto com o menino.</p>	<p>1. Em resposta à pergunta do investigador, o Participante 2 (P2) começa por localizar, temporalmente, o desaparecimento do filho. P1 refere que durante o período em que o seu filho esteve desaparecido não teve qualquer tipo de contacto com o mesmo.</p>	<p>1. Durante o período de desaparecimento do seu filho, P2 permanece privado de qualquer contacto com o mesmo.</p>
<p>2. Portanto, numa das alturas em que eu fui buscá-lo para passar uns dias comigo, houve uma tentativa de agressão e uma tentativa de rapto num Domingo. Eu estava na paragem de um transporte público, estava com ele, estávamos a conversar e a brincar como é costume e apareceu um indivíduo por trás, o companheiro da mãe dele que me tentou agredir e tirar-me o menino, de maneira que reagi e houve ali umas pessoas que aperceberam-se do que se estava a passar... Neste entretanto, o indivíduo fugiu, ia a passar uma patrulha da PSP na altura e, portanto, tomaram conta da ocorrência...</p>	<p>2. P2 relata que num determinado momento em que se encontrava junto do seu filho, existiu uma tentativa de agressão e de rapto por parte de um indivíduo que mantinha uma relação amorosa com a mãe do seu filho. Posteriormente, as autoridades competentes, neste caso a PSP, tomaram as devidas medidas. P2 assume que este acontecimento está associado à primeira tentativa de rapto parental e como tal, experiência de forma direta o rapto do seu filho, com o acréscimo de que esta tentativa não foi efetuada de forma passiva mas sim, através de atos violentos.</p>	<p>2-5. A primeira tentativa de rapto ocorre após o divórcio entre P2 e a mãe do seu filho. Existe por parte de P2 uma autovitimização no decorrer deste processo.</p>
<p>3. Ah! Importante referir que há bastante tempo que estava separado da mãe do meu filho mas continuava a manter o mínimo de contacto com ela, visto que depois do divórcio conseguimos de forma pacífica chegar a um consenso sobre a guarda dele.</p>	<p>3. P2 explica que no momento em que a primeira tentativa de rapto ocorreu, P2 mantinha uma relação formal com a mãe do seu filho, visto que o divórcio entre ambos realizou-se há algum tempo.</p>	
<p>4. Mas voltando atrás, eu ao abrigo do princípio da ação direta, que está aliás no código civil, comuniquei ao tribunal esta situação, fiz uma queixa-crime e pedi que fossem tomadas medidas para proteger o menino. Além</p>	<p>4. Com o intuito primordial de proteger o seu filho, P2 participa a ocorrência à entidade jurídica, o Tribunal. P2 prevê um eventual rapto parental e como tal, tenta travar esta intenção prejudicial para ambos, visto</p>	

<p>disso, é preciso referir que tanto eu como o meu filho fomos autênticas vítimas no meio disto tudo.</p>	<p>serem vítimas desta situação.</p>	
<p>5. Não obtive resposta a esse meu pedido, portanto mantive o menino comigo durante algum tempo à espera de uma resposta do tribunal, à espera de uma resposta das autoridades relativamente à situação anterior.</p>	<p>5. Como consequência de uma ausência de resposta jurídica, P2 decide manter consigo o seu filho. Ao desacreditar na justiça, P2 assume por completo as responsabilidades parentais, considerando ser benéfico para ambos.</p>	
<p>6. Posteriormente a toda esta situação, num dia em que fui buscar o menino à escola, como era habitual, fui surpreendido com a ausência do meu filho. Fiquei completamente atordoado e revoltado com esta situação.</p>	<p>6. P2 confronta-se com a situação de rapto parental, demonstrando indignação e surpresa ao qual acrescenta-se um sentimento de impotência perante tal facto.</p>	<p>6-7. Para P2, o rapto parental é experienciado como um acontecimento imprevisível, manifestando surpresa, indignação e um sentimento de impotência face ao mesmo. P2 culpabiliza e demonstra ira contra o ato cometido pela sua ex-cônjuge.</p>
<p>7. Além disso senti uma grande raiva por ela me ter feito isto. Como é que ela conseguiu cometer este acto horrível?! Ela não tinha o direito de fazer isto! A partir desse momento deixei de ter contacto com o menino.</p>	<p>7. P2 demonstra um sentimento de raiva contra a mãe do seu filho. Desde que P2 toma perceção o desaparecimento do seu filho deixa de ter contacto com o mesmo.</p>	
<p>8. I: Pode contar-me como vivenciou o desaparecimento do seu filho? P2: Foi angustiante e stressante por não saber onde o meu filho estava ao longo deste tempo, de nunca mais o ver, foi bastante traumatizante e desgastante. Foi muito traumático.</p>	<p>8. P2 experienciou de forma angustiante o desaparecimento do seu filho. P2 sofreu uma reação de perda, em que tomou consciência de que não tinha qualquer informação sobre o paradeiro do filho. P2 sente-se desgastado psicologicamente devido ao sofrimento causado por toda a situação. P2 considera ser uma experiência traumática.</p>	<p>8-9. P2 vivencia o desaparecimento do seu filho como sendo uma experiência traumática. P2 sofre a perda do filho e todo o percurso até ao reencontro causa-lhe ansiedade, <i>stress</i> e angústia. Em P2, a incerteza e a preocupação estão também presentes.</p>
<p>9. E portanto, cada vez que o telefone tocava e que eu não conhecia o número que me estava a ligar e eu ficava... (suspiro profundo). Onde está o meu filho? Será que o meu filho está bem ou mal? Se está morto ou vivo?!</p>	<p>9. P2 explica que nos momentos em que esperava uma resposta positiva do paradeiro do seu filho, P2 sentia-se ansioso e preocupado com tal resposta. Desesperadamente, P2 interrogava-se pelo estado físico do seu filho.</p>	
<p>10. I: Pode descrever-me o significado desta experiência para si?</p>	<p>10. Na opinião de P2, esta experiência fez com que a crença de o seu filho viver de forma</p>	<p>10. A experiência de rapto parental representou uma mudança no estilo de vida de P2,</p>

<p>P2: Bem, esta experiência fez com que a vontade que eu já tinha de saber onde ele estava, que ele esteja comigo, que esteja em segurança, que esteja bem tratado e que cresça de forma equilibrada e saudável aumentasse... (silêncio). Esta experiência fez com que olhasse para a minha vida de forma diferente. Senti uma grande mudança em mim, no meu dia-a-dia. Comecei a valorizar muito mais o tempo que passo com o meu filho e o quanto isso é importante.</p>	<p>equilibrada, saudável e em segurança aumentasse. Assim, P2 valoriza de forma intensa a relação parental. P2 revela que com esta experiência a sua vida sofreu algumas mudanças, principalmente no seu quotidiano e, mais uma vez, na relação com o filho.</p>	<p>como tal, ocorreu uma transformação ao nível da relação com o filho e na própria forma de P2 “estar e ser no mundo”.</p>
<p>11. E não quero voltar a passar por esta situação porque se isto volta a acontecer eu nem sei como é que vou ficar...</p>	<p>11. P2 afirma que não quer voltar a experienciar tal situação visto causar-lhe mal-estar e um grande sofrimento psicológico. P2 demonstra um sentimento de impotência face a uma nova ocorrência de rapto parental.</p>	<p>11. P2 demonstra um sentimento de impotência na possibilidade de uma nova ocorrência de rapto parental.</p>
<p>12. Até pela própria inoperacionalidade das autoridades que pouco ou nada fazem para resolver estas situações quando elas são sinalizadas, como por exemplo os tribunais e o Ministério Público que nada fazem.</p>	<p>12. P2 demonstra revolta e indignação pelas autoridades competentes. A sua crença inicial nas autoridades desvaneceu-se com o passar do tempo, neste momento, P2 desacredita por completo nas mesmas.</p>	<p>12-13. Após a inoperacionalidade das autoridades no decorrer da experiência de rapto parental, P2 revela descrença nas mesmas.</p>
<p>13. Ao não sentir qualquer tipo de apoio por parte dos responsáveis intervenientes, perderam, para mim, toda a sua credibilidade.</p>	<p>13. Descrença nas autoridades devido ao apoio inexistente.</p>	

### Participante 3

<i>Unidades de Significado</i>	<i>Transformação das Unidades de Significado em Expressões de Carácter Psicológico</i>	
<p>1. <b>Investigador (I):</b> Por favor, descreva detalhadamente, o quanto possível, a sua experiência de rapto parental?</p> <p><b>Participante 3 (P3):</b> O meu filho desapareceu no dia 31 de Dezembro, portanto ele tinha estado de férias comigo, entreguei-o na casa da avó materna no dia 25 de Dezembro como combinado e a partir daí não tive mais contacto, deixaram de atender o telefone e no dia 31 de Dezembro a avó ligou-me a dizer que o miúdo tinha desaparecido, que a mãe tinha saído com o menino.</p>	<p>1. Em resposta à pergunta do investigador, o Participante 3 (P3) começa por localizar, temporalmente, o desaparecimento do seu filho. P3 refere que durante o período em que o seu filho esteve desaparecido não teve qualquer contacto com o mesmo.</p>	<p>1. Durante o período de desaparecimento do seu filho, P3 permanece privado de qualquer contacto com o mesmo.</p>
<p>2. Até pensei, isto é daquelas coisas que pronto, a gente pensa sempre que é daquelas coisas que olha, mais uma situação chata... olha, ficou chateada mas não dei muita importância.</p>	<p>2. Num primeiro momento, P3 desvaloriza a própria situação. No pensamento de P3 o facto de a mãe do seu filho desaparecer, não passaria de um momento passageiro, sendo que P3 admite não ser uma situação de extrema relevância.</p>	<p>2-6. No momento em que ocorre o rapto parental, P2 não revela dar grande importância a tal acontecimento, porém quando consciencializa-se deste acontecimento imprevisível, P3 comunica a ocorrência às autoridades. Para P3 este ato protagonizado pela sua ex-cônjuge, após o divórcio, é uma concretização de uma pré-intenção constante e de longa duração por parte da mesma.</p>
<p>3. Passados dois dias tomei conhecimento através da avó que a mãe não aparecia, pensava ela que estaria noutro país e foi aí que percebi que era uma situação de sequestro, apesar de não estar à espera disto.</p>	<p>3. Posteriormente ao primeiro alerta, P3 é confrontado com uma informação extra: provavelmente a mãe e o filho de P3 poderiam estar noutro país. Neste momento, P3 toma consciência deste ato imprevisível, do sequestro do filho por parte da mãe.</p>	
<p>4. Depois dei conhecimento através da linha SOS-Criança e às autoridades competentes e portanto, fiquei a aguardar desenvolvimentos.</p>	<p>4. P3 comunica a ocorrência às autoridades competentes e fica a aguardar uma resposta das mesmas.</p>	
<p>5. Entretanto, fui preparando matéria porque o menino é norte-americano e aí pensei que a mãe tivesse viajado com ele para os Estados Unidos, o que foi a sua intenção desde sempre. Pronto, ela forçou que o</p>	<p>5. De forma ativa, P3 antecipa o possível rapto internacional, afirmando ter sido uma intenção constante protagonizada pela mãe do seu filho, visto que o mesmo tem dupla nacionalidade e como tal,</p>	

<p>meu filho nascesse lá, provavelmente para que fosse mais fácil levá-lo, contudo já tinha a intenção de fazê-lo, sem sequer pensar nas consequências.</p>	<p>P4 acredita que essa intenção tem-se prolongado desde o nascimento do filho.</p>	
<p>6. A mãe saiu de casa quando o menino tinha 13 meses de idade e já quando estávamos divorciados, ela sempre ameaçou ir para a América com o menino.</p>	<p>6. Posteriormente à separação conjugal, P3 afirma que existiu várias ameaças de rapto por parte da mãe do seu filho.</p>	
<p>7. Mas portanto, demorei algum tempo a tentar localizar, a tentar indicar uma posição porque entretanto eu pensava que ele estava na América mas ele não estava e entretanto comecei a aperceber-me que havia movimentos bancários na conta onde eu depositava a pensão de alimentos e havia movimentos com essa conta em Inglaterra. Com base nesses dados, informei a autoridade central.</p>	<p>7. P3 demonstra uma atitude inconformista com a situação atual e como tal, P3 toma a decisão de localizar o seu filho e recorre a todos os recursos para o fazer.</p>	<p>7-9. P3 age de forma ativa na procura do seu filho, utilizando vários recursos para alcançar este propósito. Ao longo deste processo, P3 revela preocupação e incerteza face às circunstâncias em que se encontrava o filho.</p>
<p>8. E portanto, não fiquei parado à espera do aparecimento dele, tive de contactar algumas autoridades e algumas pessoas e foi a partir daí que o processo evoluiu na Inglaterra e a 18 de Maio o meu filho foi encontrado.</p>	<p>8. Através dos vários contactos que P3 realizou, o processo evoluiu até ao momento em que o seu filho foi encontrado.</p>	
<p>9. Durante este tempo de espera fiz uma página no <i>Facebook</i> para o meu filho, fez-se um vídeo que foi divulgado no <i>Youtube</i>, fez-se vários apelos internacionais, mas devo dizer-lhe que era uma constante preocupação. Apesar de tudo era uma grande incerteza sobre as condições em que o meu filho se encontrava. (silêncio).</p>	<p>9. Divulgação por parte de P3 do desaparecimento através de vários meios de comunicação. No decorrer da procura do filho, P3 revela preocupação e incerteza face ao estado do mesmo.</p>	
<p>10. Devo dizer que a mãe entretanto preparou tudo isto com muita antecedência porque a “senhora protagonista”, ciclicamente, ia fazendo queixas na polícia contra mim. Uma série de queixas que ficaram arquivadas porque não eram fundamentadas, portanto desde</p>	<p>10. P3 culpabiliza a mãe do seu filho pelo seu desaparecimento, visto ter sido um ato premeditado da mesma.</p>	<p>10-12. P3 sente-se vítima e culpabiliza a sua ex-cônjuge de rapto parental.</p>

<p>2008 que de seis em seis meses ela apresentava uma queixa contra mim.</p>		
<p>11. Portanto, ela usou isso para que o meu filho não voltasse a estar comigo porque havia o perigo eminente de o pai lhe fazer mal, o que é tudo mentira, uma ideia completamente disparatada, visto ser exatamente o contrário.</p>	<p>11. Paralelamente, P3 sente-se vítima de toda esta situação.</p>	
<p>12. Devo dizer que o meu filho foi violentamente mal tratado pela mãe, é um menino que estava diagnosticado desde os 3 anos e tinha necessidades educativas especiais porque lhe foi barrado inúmeras coisas.</p>	<p>12. Mais uma vez, P3 culpa a mãe, desta vez acusando-a de maus-tratos continuados ao filho.</p>	
<p>13. Tudo isto foi um processo muito doloroso e com base nisto tudo... ai (suspiro). Peço desculpa mas isto é demasiado... é... isto é terrível.</p>	<p>13. P3 justifica o seu mal-estar interior como consequência desta experiência dolorosa e angustiante, sendo ainda difícil expressar-se verbalmente sobre o significado da mesma.</p>	<p>13. P3 sente dificuldade em verbalizar o significado desta experiência, visto causar-lhe, angústia, sofrimento e mal-estar.</p>
<p>14. Como deve calcular os custos disto foram terríveis, eu devo dizer que de grosso modo eu gastei cerca de 22 mil euros (assopra). Claro que o meu negócio ficou arruinado porque eu não conseguia acompanhar as coisas de perto no meu trabalho. Eu estive sem trabalhar durante 6 meses porque não conseguia, ninguém consegue trabalhar nestas circunstâncias, não é?!</p>	<p>14. P3 admite que todo este processo teve um efeito devastador sobre o seu nível económico e um impacto prejudicial na sua vida profissional, visto não apresentar condições físicas e psicológicas para exercer adequadamente o seu trabalho. P3 acredita que nenhuma pessoa consegue exercer a sua função profissional estando na mesma situação.</p>	<p>14. Durante a experiência, P3 sofre mudanças significativas ao nível económico e profissional, sendo esta sentida como um bloqueio na sua rotina laboral.</p>
<p>15. Devo dizer que revoltado com tudo isto. Como é possível isto acontecer?! (silêncio).</p>	<p>15. P3 sente-se revoltado e indignado com a situação de raptó parental.</p>	<p>15. P3 demonstra indignação e revolta perante o ato cometido pela sua ex-mulher.</p>
<p>16. Mas, enquanto esperei pelo meu filho também fui participando e ajudando outros pais porque nós pensamos sempre que estas coisas não nos acontecem, que estas coisas não existem, mas há muitos casos de crianças que estão sequestradas e não estão sequestradas por vezes noutros países, estão às vezes na</p>	<p>16. P3 recorre ao apoio psicológico cedido por diversas entidades como forma de apaziguar o seu sofrimento psicológico e estabelece um compromisso de ajuda com outros pais em situações idênticas. P3 compreende que este apoio prestado, funciona como uma autoajuda, ao</p>	<p>16. Como forma de atenuar o sofrimento causado por esta experiência, P3 recorre ao apoio de diversas entidades. Ao permitir identificar-se e ajudar outros pais na mesma situação, P3 encontra uma forma de autoajuda.</p>

<p>rua de trás, no andar ao lado. Mas portanto, tive o apoio da Ordem dos Psicólogos que foram muito importantes, o apoio nos Serviços do SOS-Criança, a ajuda da Associação de Apoio Parental e dos Direitos dos Filhos e, como disse, participei num grupo de ajuda mútua. Para mim, foi muito importante ajudar outros pais na mesma situação, isso fez com que conseguisse lidar melhor com os meus problemas.</p>	<p>permitir-lhe lidar com as suas próprias dificuldades relativas ao desaparecimento do filho.</p>	
<p>17. E digo-lhe que foi uma experiência muito penalizante, foi uma coisa terrível... uma grande perda para mim.</p>	<p>17. P3 admite que esta experiência trouxe-lhe consequências negativas, efeitos prejudiciais, mostrando uma vulnerabilidade emocional no desenvolvimento do discurso.</p>	<p>17-19. P3 sofre mudanças nefastas na sua vida, conseqüentes da experiência de rapto parental, uma delas é a perda de confiança nos outros.</p>
<p>18. Foi uma grande mudança na minha vida mas neste momento ainda estou a juntar os “cacos” para tentar perceber o que é que realmente mudou.</p>	<p>18. P3 menciona que este momento de crise trouxe-lhe consequências a nível pessoal, porém, não consegue perceber de forma clara tais consequências.</p>	
<p>19. É claro que neste momento estou muito mais céptico, não consigo confiar tanto nas pessoas, não consigo... Torna-se difícil acreditar da mesma forma.</p>	<p>19. Conseqüentemente, P3 mantém-se céptico em relação aos outros e desacredita na possibilidade de alcançar uma normalidade total.</p>	
<p>20. Mas sentir que os serviços sociais tinham uma resposta foi muito bom e só tenho que agradecer às pessoas que estiveram ao meu lado e que me ajudaram ao longo deste processo (discurso emocionado).</p>	<p>20. P3 dá um especial relevo à ajuda prestada pelos serviços sociais. P3 sente-se grato pelo apoio de certas pessoas que permaneceram a seu lado no decurso deste processo.</p>	<p>20. P3 sente-se grato pelo apoio social recebido ao longo desta experiência.</p>
<p>21. Peço desculpa por não conseguir falar muito bem sobre este assunto porque me causa uma grande emoção porque isto ainda está à flor da pele e é difícil...</p>	<p>21. As emoções negativas são permanentes e bloqueadoras na expressão verbal de P3.</p>	<p>21. O sofrimento sentido por P3 bloqueia a sua comunicação verbal.</p>
<p>22. A vida continua mas é muito difícil...</p>	<p>22. P3 sente dificuldade em manter a sua vida diária.</p>	<p>22. P3 expressa dificuldade em manter uma vida estável.</p>

Participante 4

<i>Unidades de Significado</i>	<i>Transformação das Unidades de Significado em Expressões de Carácter Psicológico</i>	
<p>1. <b>Investigador (I):</b> Por favor, descreva detalhadamente, o quanto possível, a sua experiência de rapto parental?  <b>Participante 4 (P4):</b> Ela levou a menina para o Brasil sem autorização e abriu vários processos-crime contra mim... Isto é um caso complicado porque não só levou a menina como incriminou-me de uma coisa que não fiz, é isso que me dói mais.</p>	<p>1. Em resposta à pergunta do investigador, o Participante 4 (P4) refere que existiu rapto parental por parte da mãe da sua filha e, paralelamente incrimina-o de certos comportamentos que, na perspectiva de P4 não se concretizaram. P4 sente-se injustiçado e esta acusação causou-lhe sofrimento.</p>	<p>1. P4 menciona a existência de rapto parental e uma incriminação por parte da mãe da sua filha. Estes dois acontecimentos criando-lhe sofrimento e um sentimento de injustiça.</p>
<p>2. Foi uma coisa sem sentido, sem explicação. Se eu sonhasse sequer que isto ia acontecer...</p>	<p>2. Para P4, este momento é vivido como uma experiência inesperada e inexplicável que alterou, de forma negativa, a sua qualidade de vida.</p>	<p>2. Para P4, o desaparecimento da sua filha é vivido de forma inesperada e sem qualquer argumentação plausível, causando-lhe uma mudança prejudicial significativa na sua vida.</p>
<p>3. Mas de uma coisa é certa, se isto não tivesse acontecido, hoje não estava como estou e não tinha arruinado a minha vida!</p>	<p>3. P4 acredita que se não acontecesse o rapto parental a sua vida não tinha sofrido alterações.</p>	<p>3. Como consequência do rapto parental, P4 demonstra transformações a nível pessoal e do quotidiano.</p>
<p>4. Bem, mas isto tudo começa quando a mãe da minha filha ainda estava a viver comigo. Nós discutíamos muito e ela ia apresentar queixas na polícia que eu fazia aquilo e mais isto e que eu tinha uma arma em casa.</p>	<p>4. P4 afirma que a mãe da sua filha acusa-o de certos comportamentos parentais disfuncionais. Estas queixas frequentes vêm no seguimento de vários conflitos conjugais.</p>	<p>4-9. Posteriormente à separação do casal, devido aos vários conflitos conjugais, P4 confronta-se com uma situação inesperada – o desaparecimento da filha. Desde este momento que P4 permanece privado de qualquer contacto com a mesma. P4 revela preocupação e incerteza face às circunstâncias em que se encontrava a filha.</p>
<p>5. No dia 16 de Fevereiro liga-me a dizer que me ia deixar, que não ia mais para casa, nem ela nem a filha.</p>	<p>5. P4 localiza, temporalmente, o momento em que ocorre a separação do casal.</p>	<p>5. P4 localiza, temporalmente, o momento em que ocorre a separação do casal.</p>
<p>6. Depois tentei descobrir onde ela estava, fui à polícia e tentei trazer a menina comigo e a menina ainda nessa noite ficou comigo.</p>	<p>6. Na tentativa de localizar a sua filha, P4 consegue abolir, temporariamente, a ação intencional de rapto por parte da mãe.</p>	<p>6. Na tentativa de localizar a sua filha, P4 consegue abolir, temporariamente, a ação intencional de rapto por parte da mãe.</p>
<p>7. No dia seguinte fomos ao tribunal para fazer a reclamação do poder paternal mas não se fez</p>	<p>7. Posteriormente, P4 reclama o seu poder paternal em Tribunal, porém esta decisão</p>	<p>7. Posteriormente, P4 reclama o seu poder paternal em Tribunal, porém esta decisão</p>

<p>porque ela não deu a morada.</p>	<p>jurídica não se conclui por incumprimento da mãe.</p>	
<p>8. Ela ficou com a menina e passado três dias, sem eu saber de nada, ela aparece aqui em casa à tarde com quatro polícias a dizer que eu queria matar a menina e desde aí numa mais vi a minha filha. Ela fugiu com a menina.</p>	<p>8. Consequentemente, a mãe mantém a filha em casa e, confrontado com uma situação imprevisível, P4 depara-se com uma acusação por parte da mãe e, a partir deste momento perde o contacto com a filha.</p>	
<p>9. Mas eu consegui descobrir onde ela estava através de umas cartas do banco que enviaram para a morada dela em Portugal e foi aí que descobri que ela andava a fazer transferências bancárias para a conta da prima dela no Brasil. Claro que percebi que ela já lá estava no Brasil com a menina. Não vejo a minha filha desde Fevereiro, faz agora quatro meses que não estou com ela, nem falo com ela e não sei quando é que vou vê-la. Só espero que esteja bem, mas não sei... Só de pensar que ela pode estar mal... (silêncio).</p>	<p>9. P4 toma consciência de que realmente existiu rapto parental, como tal, localiza o paradeiro da sua filha. No entanto, mantém-se privado de contacto com a mesma. P4 vive em permanência incerteza e preocupação do estado em que se encontra a filha.</p>	
<p>10.I: Será que me pode descrever a sua vivência durante este período de desaparecimento da sua filha? P2: (Silêncio demorado) é uma grande perda, um sofrimento que não se consegue calcular... (emocionado e outro silêncio demorado). Se eu fosse um bocadinho mais fraco já cá não estava não... é isso que eu tenho a dizer... não há direito de fazer isto.</p>	<p>10. Em resposta à pergunta do investigador, P4 refere que vivencia este período com muita tristeza, sofrimento e falta de sentido para a vida, como consequência da perda sofrida – a sua filha. Perante tal acontecimento, P4 sente-se revoltado e injustiçado.</p>	<p>10-11. P4 descreve este momento significativo com grande sofrimento e angústia, associados ao desaparecimento da sua filha e à perda de sentido para a vida. Este acontecimento causando-lhe revolta e um sentimento de injustiça.</p>
<p>11. Entro em casa... Perdi a vontade de viver, perdi a vontade de tudo.</p>	<p>11. A experiência de rapto parental fez com que P4 se sintasse deprimido, onde se torna difícil encontrar um sentido para a sua existência.</p>	
<p>12. Estou a tentar recomeçar a minha vida de novo mas é muito difícil.</p>	<p>12. P4 afirma que existe uma tentativa e uma vontade por parte do mesmo em recomeçar e melhorar a sua qualidade de vida,</p>	<p>12. P4 procura lidar com a perda e a respetiva angústia resultante desta situação, investindo numa nova</p>

	apesar de ser um processo extremamente difícil.	abordagem existencial, apesar de ser um processo doloroso.
13. É muito complicada toda esta situação (suspiro e silêncio profundo). Entrei em depressão tão grande que só de falar disto dá-me vontade de chorar...	13. P4 revela dificuldade em acrescentar outro tipo de descrições para além das referidas, devido ao seu vulnerável estado emocional.	13. A vulnerabilidade emocional de P3 bloqueia a sua comunicação verbal.
14. É uma situação que não tem lógica e o mais grave é que agora não posso fazer nada, estou de “mãos atadas” é isso que me deixa mais revoltado.	14. P4 demonstra indignação, incompreensão e impotência face à situação de rapto parental.	14. P4 sente-se incompreendido e indignado, revelando um sentimento de impotência face à situação em que se encontra.
15. As pessoas que estão ao pé de mim, eu fico muito nervoso, sinto-me pronto não é... não me sinto bem comigo próprio e então acabo por me chatear com pessoas que não têm culpa de nada. Fiquei uma pessoa totalmente diferente.	15. P4 sente-se ansioso nas suas relações pessoais, mostrando irritabilidade e uma inadaptabilidade face à mudança sentida na sua vida. P4 admite que após esta mudança, não se sente confortável consigo próprio e que sofreu uma transformação existencial, tornando-se uma pessoa totalmente diferente.	15. Como consequência desta situação, P4 sofre alterações ao nível pessoal e social. Nas relações interpessoais, P4 demonstra ansiedade e uma irritabilidade constante no confronto com os outros, sendo estas características emergentes da sua transformação existencial.
16. E eu vejo isso até nas conversas que tenho com os meus familiares, eles querem-me ajudar mas é impossível numa situação destas.	16. P4 nota que está diferente até com as pessoas mais próximas, porém sente que estas não conseguem ajudá-lo nesta situação.	16. P4 rejeita o apoio prestado pelos familiares.
17. É uma grande injustiça. Eu não vejo lógica nisto. Nenhuma mãe que ame o seu filho faz isto, que não deixe o filho ver o seu pai. Como é que uma mãe faz isto a uma filha?! Roubou-me tudo não é?! (emocionado).	17. P4 enfatiza a sua revolta e indignação, justificando-se como sendo uma situação injusta e intolerável. Existe uma não-aceitação do rapto parental, por parte de P4.	17. A não-aceitação do rapto parental proporciona a P4, sentimentos de injustiça, revolta e indignação.
18. As nossas desavenças pessoais ficam no tribunal, ela não tem que meter a menina no meio das nossas coisas. Porque é que ela usa a menina como vingança pessoal? Porque isto só pode ser uma vingança pessoal, só porque eu não quis ir para o Brasil?!	18. P4 encara o rapto parental como uma consequência dos conflitos conjugais e como tal, uma vingança pessoal por parte da mãe a P4, sendo a sua filha “uma arma de arremesso” entre ambos.	18-19. P4 associa o rapto cometido pela mãe da sua filha a uma vingança pessoal contra o próprio como consequência da má relação conjugal. No discurso de P4 permanece sentimentos de revolta e indignação.
19. Ela dizia que estava farta de estar em Portugal e queria que eu também fosse com ela para o Brasil, mas eu para o Brasil não vou, o meu trabalho é aqui e	19. P4 descreve um momento em que o casal discordava na ideia de deslocação para o Brasil e que, posteriormente existiu uma	

<p>tenho mais dois filhos e depois ela começou a premeditar em levar a menina para o Brasil e foi o que ela fez... não tem lógica nenhuma ela ter feito isto.</p>	<p>premeditação de rapto parental por parte da mãe. No discurso de P4 continua a existir uma revolta e indignação pela situação e também pela figura materna.</p>	
<p>20. Porque eu sou sincero, se ela acusasse com razão tudo bem, agora ela levou a menina para protegê-la de mim?! Porque lhe podia fazer alguma coisa de mal à menina?! Agora qual é o direito desta mulher dizer à filha que o pai é mau? Eu é que fui uma vítima nas mãos dela! Não consigo entender mesmo. O porquê... Porquê isto?</p>	<p>20. Incompreensão e incapacidade de justificação do rapto, visto que P4 cumpriu sempre o seu papel de pai.</p>	<p>20-22. P4 sente-se incompreendido e projeta a culpa na sua ex-cônjuge, sendo esta percecionada como a causadora principal da situação atual.</p>
<p>21. Qual é a raiva que uma pessoa tem de um ser humano e não é só isso, é a família dela, podia dizer a ela que a menina não tem culpa das nossas desavenças, que a menina também é minha filha, a menina tem o direito de ver o pai.</p>	<p>21. P4 não só culpabiliza a mãe da sua filha pelo rapto, mas também a família da mesma, questionando-se se realmente existe um sentimento de raiva tão grande que origina tal ato doloroso para P4.</p>	
<p>22. Uma pessoa que leva uma criança assim não está a pensar na criança, não gosta da criança, está só a pensar nela e não na criança.</p>	<p>22. Na crença de P4, uma pessoa que cometa rapto parental demonstra apenas egocentrismo, desvalorizando todos os outros intervenientes.</p>	